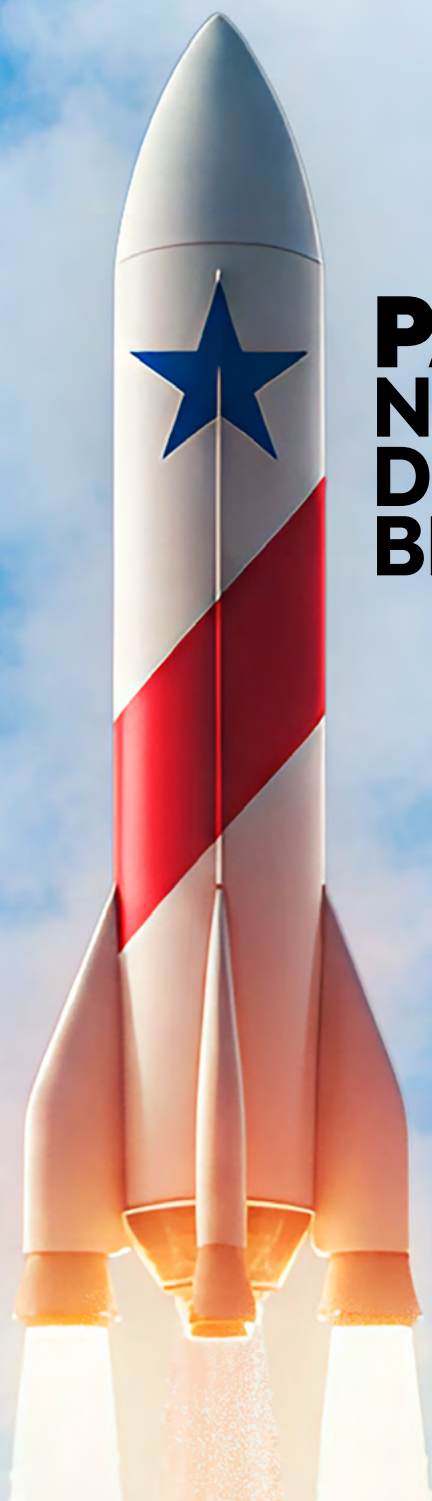


P A R Á

Maio de 2026 | Ano 18 | Edição 54

E INDUSTRIAL



**PARÁ
NOVO EIXO DO
DESENVOLVIMENTO
BRASILEIRO**

INTELIGÊNCIA QUE MOVE A INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA

O **Observatório da Indústria do Pará** transforma dados em inteligência estratégica para fortalecer a competitividade, atrair investimentos e apoiar decisões para uma indústria mais forte, inovadora e competitiva.



Estudos técnicos



Monitoramento setorial



Inteligência Artificial



Projeções econômicas



Análise de dados



Insights para negócios



Conheça todas as soluções
do **Observatório da Indústria**:

☎ (91) 4009-1501 ✉ observatorio@fiepa.org.br



Observatório
da Indústria

FIEPA

O Pará que decide construir o futuro

O mês da indústria é, acima de tudo, um momento de reflexão sobre o papel que queremos exercer na construção do futuro do Pará e da Amazônia brasileira.

Vivemos um tempo de profundas transformações globais. O mundo discute temas como transição energética, descarbonização, minerais estratégicos, inteligência artificial e neindustrialização. E, pela primeira vez, em muitas décadas, a Amazônia deixou de ser apenas observada à distância para ocupar o centro das decisões globais. Nesse cenário, o Pará emerge como um dos territórios mais estratégicos do planeta.

Temos recursos minerais fundamentais para a transição energética mundial. Temos biodiversidade, potencial bioeconômico, capacidade energética, localização logística privilegiada, e uma posição geopolítica cada vez mais relevante. Estamos diante de agendas decisivas para o Brasil — e precisamos estar preparados para exercer nosso papel de forma madura, estruturada e permanente.

É exatamente esse o desafio que move a indústria paraense. Não aceitamos mais que o Pará continue convivendo com gargalos históricos que limitam sua competitividade. Um estado com a capacidade produtiva que temos, não pode seguir dependente de soluções que não nos priorizam. Precisamos consolidar uma estrutura logística moderna, integrada e compatível com o papel estratégico que o Pará ocupa no Brasil e no mundo.

Por isso, a indústria paraense tem atuado de forma responsável e propositiva em pautas que refletem a busca pelo crescimento com responsabilidade. Defendemos desenvolvimento com segurança jurídica. Defendemos conservação ambiental aliada à geração de oportunidades, renda, inovação e emprego formal.

Ao mesmo tempo, sabemos que competitividade não se constrói apenas com grandes obras. Ela também nasce da capacidade de inovar, qualificar pessoas,



ALEX DIAS CARVALHO
PRESIDENTE
DA FIEPA E DA
JORNADA COP+

apoiar empresas, estimular lideranças e criar ambientes favoráveis aos negócios.

É por isso que esta edição da Pará Industrial apresenta iniciativas que refletem uma indústria mais conectada com o futuro: programas de inovação, internacionalização, qualificação de lideranças, acesso a crédito, transformação digital, entre outros pilares do nosso posicionamento como representantes do setor produtivo.

A realização da XVII Feira da Indústria do Pará, a FIPA, reforça esse momento histórico. Simboliza um ambiente de construção coletiva, integração institucional e visão de longo prazo para o estado.

Estamos construindo uma agenda baseada em dados, planejamento e cooperação. Estamos aqui para reunir. Para oferecer visão estratégica. Para compartilhar conhecimento. Para construir soluções capazes de transformar riqueza em oportunidade.

As transições favorecem aqueles que se preparam. Nós estamos preparados.

Temos conhecimento técnico. Temos planejamento. Temos instituições fortes. Temos empresas comprometidas com inovação e sustentabilidade. Temos trabalhadores capacitados. Temos uma indústria que acredita no futuro do Pará.

E temos, sobretudo, a convicção de que este é o momento de transformar o Estado em uma potência industrial da Amazônia — moderna, sustentável, competitiva e capaz de gerar prosperidade para sua população, sem abrir mão da conservação ambiental e da responsabilidade social. ¶



20
ECONOMIA BRASILEIRA SE DESENVOLVE A PARTIR DA INDÚSTRIA DO PARÁ



34
EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS ENRIQUECEM CURRÍCULO DE ESTUDANTES



10 ENTREVISTA
VICE-PRESIDENTE GERALDO ALCKMIN FAZ BALANÇO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS INDUSTRIAIS DO BRASIL



48
ACORDOS INTERNACIONAIS TRAZEM OPORTUNIDADES PARA EXPORTAÇÃO



54
SAIBA COMO ACESSAR FOMENTO À INOVAÇÃO NO PARÁ



62
PARÁ PODE SER PROTAGONISTA EM MINERAÇÃO DE TERRAS RARAS

SESI SENAI FIEPA IEL

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ SISTEMA FIEPA - DIRETORIA 2023/2027

PRESIDENTE
 Alex Dias Carvalho

VICE-PRESIDENTES EXECUTIVOS
 Clóvis Armando Lemos Carneiro
 Odilardo Ramos de Araújo
 Marcella Catarina Novaes de Araújo
 Daniel Acatauassú Freire
 Josefran da Silva Almeida
 Luiz Soares dos Santos
 Apoliano Oliveira do Nascimento

1º TESOUREIRO
 Daniel de Oliveira Sobrinho

2º TESOUREIRO
 Carlos Jorge da Silva Lima

1º SECRETÁRIO
 Elias Gomes Pedrosa Neto

2º SECRETÁRIO
 André Henrique de Castro Carvalho

VICE-PRESIDENTES
 Leônidas Ernesto de Souza
 Luiz Otávio Rei Monteiro
 Juarez de Paula Simões
 Antônio Eugênio Pacelli Martin de Mello (in memoriam)
 Antônio Pagliari
 Solange Maria Alves Mota Santos
 Flavio Junqueira Smith
 Rivanildo Samuel Hardman Junior
 Fernando Bruno Carvalho Barbosa
 Nilson Monteiro de Azevedo

DIRETORES
 Maria de Fátima Chamma
 Oséas Nunes de Castro
 Priscilla Silva Vieira
 Jaime Fonseca de Araújo
 Marcos Martins Souza
 Maurício Rizo Lima Kaiano
 Erivan Brandão Gonçalves
 Francisco de Jesus Costa Ferreira
 Marcos Antônio Cavulla de Mattos
 Elias Soares Pedrosa

CONSELHO FISCAL

MEMBROS EFETIVOS
 Carlos Raimundo Albuquerque Nascimento
 Marcelo Gil Castelo Branco
 Manoel Pereira dos Santos Junior

MEMBROS SUPLENTE
 Paulo Afonso Costa
 Joaquim Almeida Costa

DELEGADOS JUNTO À CNI

1º DELEGADO EFETIVO
 Alex Dias Carvalho

2º DELEGADO EFETIVO
 José Conrado Azevedo Santos

1º DELEGADO SUPLENTE
 Clóvis Armando Lemos Carneiro

2º DELEGADO SUPLENTE
 Daniel de Oliveira Sobrinho

PRODUÇÃO
 Gerência de Comunicação do Sistema FIEPA
 Temple Comunicação

REDAÇÃO
 Gerência de Comunicação do Sistema FIEPA
 Temple Comunicação:
 Jobson Marinho e Simone Amaro

EDIÇÃO
 Gerência de Comunicação do Sistema FIEPA
 Temple Comunicação

TEXTOS
 Adriana Ferreira, Alessandra Barreto, Débora Barbosa, Elizabete Ribeiro, Emily Melo, Ercília Wanzeler, Fernando Gomes, Hamanda Sena, Jobson Marinho, Karinne Homci e Maria Luiza Martins.

CAPA
 Calazans Souza e Jobson Marinho

PROJETO GRÁFICO
 Calazans Souza e Ronaldo Magno

FOTOS
 Arthur Corrêa, Breno Pompeu (Acervo Vale) e divulgação.

TRATAMENTO DE IMAGEM E DIAGRAMAÇÃO
 Calazans Souza

REVISÃO DE CONTEÚDO
 Adriana Ferreira, Fernando Gomes e Maria Luiza Martins

PUBLICIDADE
 Gerência de Comunicação do Sistema FIEPA
 (91) 4009-4816
 (91) 4009-1532

IMPRESSÃO
 Marques Editora
 Tiragem: 5 mil exemplares

* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o pensamento da FIEPA.

FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL

Gerência de Comunicação do Sistema FIEPA, Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190, Belém (PA). (91) 4009-4815 / 4816 / 4817
 Comentários e sugestões de pauta: comunicacao@fiepa.org.br

FALE COM O SISTEMA FIEPA

SESI: (91) 4009-4965
 sac@sesipa.org.br

SENAI: (91) 4009-4770
 contato@senaipa.org.br

IEL: (91) 4009-4741
 mercado@iel-pa.org.br

ACOMPANHE O SISTEMA FIEPA NA INTERNET



www.fiepa.org.br
 /sistemafiepa

[@canaldaindustria](https://www.youtube.com/canaldaindustria)



IEL PARÁ
 /ielparaoficial

SESI PARÁ
 /sesipara

SENAI PARÁ
 /senaipara

TEATRO DO SESI
 /teatrosesipa

SEÇÕES

03 EDITORIAL

06 RADAR DA INDÚSTRIA

ARTIGOS

37 LÉO DE CASTRO

46 ALEXANDRE FURLAN E SYLVIA LORENA

65 DERYCK MARTINS

RADAR DA INDÚSTRIA

FIEPA participa da Hannover Messe e amplia agenda internacional do Pará

A Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) participou, entre os dias 19 e 24 de abril, da Hannover Messe 2026, na Alemanha, considerada a principal vitrine global da inovação industrial. Esta foi a terceira participação da entidade no evento e, pela primeira vez, com a presença direta de empresas paraenses, integrando a missão brasileira organizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a ApexBrasil.

A programação teve início com a participação no 42º Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA), no dia 20, que contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do chanceler alemão Friedrich Merz. No dia seguinte, lideranças industriais participaram de reunião com a Câmara Brasil-Alemanha (AHK), com foco em parcerias nas áreas de inovação, tecnologia e desenvolvimento industrial.

Ao longo da missão, a comitiva também realizou visitas técnicas a empresas globais, como Mercedes-Benz e Volkswagen, além de participar da



formalização de parceria voltada à formação profissional entre CNI, SENAI, Sesi e a montadora alemã.

A agenda incluiu ainda encontros institucionais e ações de promoção do potencial produtivo do Pará, com destaque para a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Barcarena e oportunidades de ampliação das exportações para o mercado europeu. No dia 24, a programação foi encerrada com reunião no Parlamento Alemão (Bundestag), onde foram discutidos temas como o acordo Mercosul-União Europeia e possibilidades de cooperação econômica.

A participação da FIEPA reforça o posicionamento do Pará no cenário internacional, em um momento de crescimento das relações comerciais com a Alemanha, que em 2025 movimentaram US\$ 763 milhões em exportações paraenses ao país europeu.



Campanha de cadastro de currículos do IEL amplia oportunidades

Mais de 3 mil currículos já foram cadastrados pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL Pará) por meio do Feirão de Cadastro de Currículos para Estágio e Emprego, iniciativa que amplia o acesso ao mercado de trabalho e fortalece a conexão entre profissionais e empresas no estado. Integrada à campanha “Estágio e Emprego com o IEL”, a ação percorre bairros e municípios com foco no fortalecimento do banco de talentos da instituição.

Realizado em espaços como Usinas da Paz e centros de referência, o feirão oferece atendimento gratuito a pessoas com ou sem experiência, incluindo estudantes do ensino médio, técnico e superior. Durante a programação, os participantes são inseridos no sistema do IEL, o que aumenta as chances de encaminhamento para vagas de estágio e emprego. A iniciativa reforça o papel do IEL como elo entre empresas e profissionais e contribui para o fortalecimento da empregabilidade no Pará.

Projeto impulsiona bioeconomia na Amazônia Legal

O projeto “Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Amapá, Pará e Maranhão para a Promoção da Bioeconomia na Amazônia Legal” é uma iniciativa em parceria com a Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, que apoia iniciativas voltadas à inclusão produtiva, sustentabilidade e desenvolvimento local. No Pará, a iniciativa é executada pelo SENAI, em parceria institucional com a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e FIEPA, com foco em comunidades tradicionais como pescadores e quilombolas. As ações estão concentradas em Belém, Abaetetuba, Barcarena e Cachoeira do Arari, com foco no fortalecimento da cadeia do pescado. O projeto inclui mapeamento do potencial pesqueiro, desenvolvimento de novos produtos, implantação de boas práticas,



além de qualificação profissional e melhorias nos processos produtivos.

Com investimento total de R\$ 8,49 milhões, sendo R\$ 2,83 milhões destinados ao Pará, a iniciativa já atende sete comunidades de pescadores, com capacidade para até 600 participantes. Atualmente, o projeto está em fase de diagnóstico, com a próxima etapa voltada à implementação de consultorias em boas práticas de fabricação, ampliando o impacto na geração de renda e na qualidade da produção local.

FIEPA Redes abre seleção para novo ciclo do Programa Empresa Apoiadora

O Programa Empresa Apoiadora FIEPA Redes inicia um novo ciclo com a seleção de nove empresas para integrar a iniciativa, que tem como foco fortalecer o relacionamento institucional e aproximar negócios do ecossistema industrial no Pará.

Voltado à conexão entre empresas e grandes indústrias parceiras, o programa oferece uma série de oportunidades estratégicas, como aumento da visibilidade institucional, participação em eventos exclusivos, rodadas de negócios e acesso qualificado a uma rede de contatos formada por parceiros relevantes do setor produtivo. A proposta também contribui para posicionar

as participantes como fornecedoras estratégicas em projetos de grande impacto no estado.

Nesta edição, foram selecionadas empresas de diferentes segmentos de atuação, ampliando a diversidade e o potencial de conexões dentro da rede. Integram o novo ciclo: Carmona Cabrera, especializada em obras de infraestrutura, saneamento e construção civil pesada; CBG Engenharia, com atuação em soluções para o setor de energia; Gestor Consultoria, voltada à consultoria empresarial e recursos humanos; Maués Engenharia, que atua em construção civil, infraestrutura e serviços

metal-mecânicos; Montisol, do segmento de construção civil; MS Project Engenharia, com foco em engenharia, infraestrutura viária e locação de equipamentos; QT Corretora de Seguros, na área de seguros e previdência; Solus IT, especializada em tecnologia da informação e soluções digitais; e Usiloc, com atuação na construção de edifícios.

Com o novo ciclo, a FIEPA reforça seu papel como articuladora de conexões estratégicas, promovendo um ambiente favorável ao desenvolvimento empresarial e à integração entre fornecedores e grandes indústrias no Pará.

Hydro, mudando o jogo do alumínio.



Banco da Paz, Parque da Cidade, Belém / PA

Saiba mais:



O alumínio está no celular. Está no carro, no avião, no prédio e na lata.
E por ser leve, durável e 100% reciclável, é essencial para um futuro mais verde.
Hoje, o alumínio da Hydro já tem uma das menores pegadas de carbono do mundo.
É muita coisa, mas ainda queremos mais.
Por isso, decidimos ser parte da solução. Operar com diálogo e de forma responsável.
Descarbonizar cada etapa da nossa cadeia de valor, da mineração ao produto final.
Temos o compromisso de alcançar emissões líquidas zero até 2050.
E fazer isso junto com as pessoas. Junto com você!



Indústrias que fazem a diferença

INDÚSTRIA É PEÇA-CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Geraldo Alckmin

Vice-presidente e ministro do Desenvolvimento,
Indústria, Comércio e Serviços

No quarto ano à frente da política industrial do Brasil, Geraldo Alckmin apresenta as ações concretas do governo para incentivar o desenvolvimento das regiões por meio do setor industrial – especialmente no Pará e na Amazônia. Ele também faz um balanço sobre as políticas públicas lançadas para impulsionar a indústria e menciona as oportunidades que estão surgindo em setores como bioeconomia e sustentabilidade a partir do Norte do país.



Ao fazer um balanço da sua gestão à frente do MDIC, quais avanços concretos o senhor destaca para o fortalecimento da indústria brasileira e, de forma específica, do Pará?

O governo do presidente Lula deu passos seguros para retomarmos o protagonismo da indústria na nossa economia. Primeiro, aprovamos, sob a liderança do ministro Fernando Haddad e apoio decisivo do Congresso, a reforma tributária, que vai desonerar investimentos produtivos e exportações, além de reequilibrar o sistema. Segundo, retomamos a política industrial, com o lançamento da Nova Indústria Brasil (NIB).

A NIB reúne 14 instrumentos de política pública e uma série de programas de incentivos e financiamentos para uma indústria mais inovadora, verde, competitiva, exportadora e comprometida com a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. Somados, os recursos públicos destinados à NIB devem alcançar em torno de R\$ 1 trilhão até o final de 2026 – sendo que a maior parte, mais de R\$ 700 bilhões, vem do Plano Mais Produção, que já financiou 428 mil projetos em todo o país, sendo 29 mil na região Norte e 12 mil no Pará.

No ano passado, a indústria paraense foi o setor da economia local com maior crescimento percentual de empregos. Foram mais de 150 mil, aumento de 6,41% sobre 2024, segundo o Novo Caged.

Projetos de sustentabilidade e bioeconomia também estão entre as áreas preferenciais de financiamento da NIB. E essa é outra área em que a indústria do Pará, com sua imensa biodiversidade, pode avançar e gerar bons resultados.

O Pará é estratégico na mineração, na bioeconomia e na transição energética. Como o MDIC tem estruturado sua política industrial para potencializar essas vocações e garantir maior agregação de valor à produção local?

A NIB é formatada para desenvolver potencialidades setoriais e regionais. O Plano Mais Produção tem como principal agente o BNDES, mas também participam dele, com aportes relevantes, a Finep, o BB, a Caixa, a Embrapii e dois bancos regionais: BNB, do Nordeste, e Basa, da Amazônia.

Além disso, várias das políticas nacionais desenvolvidas no MDIC têm incentivos adicionais para as regiões

O Pará tem uma indústria bem estabelecida, que responde por 31% do PIB do Estado e que tem grande importância na produção nacional de minerais. O desafio é agregar valor à essa produção, com incorporação de tecnologias.”

Norte, Nordeste e Centro-Oeste, como o Brasil Semicon, o Regime Automotivo Regional e, mais recentemente, a proposta de política para datacenters (Redata), em discussão no Congresso Nacional; além da Zona Franca de Manaus e de diversas iniciativas na área de bioindústria.

Voltando ao Plano Mais Produção, é interessante observar que 51,3% de todos os recursos para projetos ligados à Missão 5 da NIB (Descarbonização e Bioeconomia) foram para as regiões Norte e Nordeste, totalizando R\$ 34 bilhões para 18 mil iniciativas.

A redução das desigualdades regionais é um desafio histórico do Brasil. Quais instrumentos, seja via crédito, incentivos, inovação ou comércio exterior, o ministério tem utilizado para promover maior equilíbrio entre as regiões e ampliar a competitividade da indústria na Amazônia?

Fortalecer a indústria, estimulando os potenciais e vantagens competitivas de cada região, é um dos caminhos mais efetivos para estimular o desenvolvimento equilibrado em todo o país. A NIB estabelece a sustentabilidade e a descarbonização como eixos centrais para o desenvolvimento da Amazônia. Desde 2024, essa estratégia é operacionalizada pelo Plano Mais Produção, que mobiliza recursos do BNDES e do Banco da Amazônia para financiar a inovação e a bioeconomia.

O Fundo Amazônia, reativado em 2023, também apoia projetos de atividades produtivas sustentáveis que geram renda para as comunidades locais. Somados aos resultados do período de 2023 a 2025, o Fundo aprovou



e contratou R\$ 3,7 bilhões em projetos, o equivalente a 56% de todo o volume apoiado desde que foi instituído.

Além disso, há a prorrogação dos incentivos fiscais da Sudene e da Sudam até 2028 (Lei 14.753/2023) e o Plano de Transformação Ecológica, que tem como foco criar um mercado de carbono para incentivar a economia local.

Cito também a Política Nacional da Cultura Exportadora, instituída em 2023 com foco na diversificação regional da base exportadora brasileira.

O governo federal tem defendido uma agenda de neoindustrialização. De que forma essa estratégia dialoga com as especificidades da indústria amazônica, especialmente diante da agenda climática e das oportunidades abertas pela COP30?

Sustentabilidade e bioeconomia estão entre os pilares da NIB. No âmbito do MDIC, isso se reflete em várias iniciativas para a Região Norte. Destaco o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio), que recém lançamos ao lado da ministra Marina Silva, e que tem entre suas metas a ampliação do pagamento por serviços ambientais, a incorporação de novos fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) e a concessão de novas Unidades de Conservação para promoção de ecoturismo.

Com aporte inicial de R\$ 350 milhões do Fundo Amazônia, o PNDBio vai investir em projetos como: o Coopera Mais Amazônia (R\$ 107 milhões) para as coopera-

tivas das cadeias de açaí, castanha, cupuaçu e babaçu; o projeto “Cooperar com a Floresta – Consolidando Cadeias Agroextrativistas no Acre” (R\$ 69 milhões) para beneficiar diretamente 2.500 famílias organizadas em 10 cooperativas da rede Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre (Cooperacre); e o programa Desafios da Amazônia (R\$ 181,3 milhões) para financiar inovação de arranjos colaborativos entre Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e Organizações Socioprodutivas (OSPs).

Quais são as prioridades do MDIC para melhorar o ambiente de negócios, atrair investimentos e ampliar a inserção internacional da indústria brasileira, e como o Pará pode se posicionar de maneira mais competitiva nesse cenário?

O governo brasileiro trabalha permanentemente pela melhoria do ambiente de negócios e pelo aumento da produtividade na indústria. Além da NIB, outra iniciativa fundamental nesse processo é a Reforma Tributária, que, como já disse, vai desonerar o investimento produtivo e as exportações.

Além disso, há várias ações em curso ou já implantadas para reduzir burocracia, tempo e dinheiro de quem investe e produz no Brasil, entre elas cito o Portal Único do Comércio Exterior e a Janela Única de Investimentos. Esta última, lançada em março deste ano, reúne em um só ambiente tudo o que o investidor precisa saber para aplicar seus recursos no país, incluindo páginas exclusivas para promoção das oportunidades nos estados, além de um Monitor de Investimentos em infraestrutura que também traz os projetos estaduais nessa área.

O governo do presidente Lula tem um projeto claro para o país – e o desenvolvimento regional faz parte desse projeto –, oferecendo estabilidade política e econômica, previsibilidade e segurança jurídica a empresários e investidores.

Nesse sentido, o governo considera o Pará um estado-chave nesse processo, pela escala e pela diversidade de seu parque produtivo. No âmbito do Plano Nacional da Cultura Exportadora, o MDIC tem apoiado e estimulado a elaboração de planos estaduais, e o primeiro deles foi construído justamente no Pará, sinalizando a proatividade do governo local e a maturidade institucional necessária para liderar a integração da produção amazônica com o mercado global. ¶

Mais produtividade para a indústria paraense crescer ainda mais

O Brasil Mais Produtivo é uma iniciativa do Governo Federal, realizada pelo SEBRAE e executada no Pará pelo SENAI, que apoia indústrias na otimização de processos, no aumento da produtividade e na transformação digital.

Com resultados já comprovados no estado, o programa ajuda empresas a reduzir custos, melhorar sua eficiência e se tornarem mais competitivas no mercado.



Aproveite essa oportunidade! Inscreva-se agora pelo QR Code.

Ou acesse:

www.senaipa.org.br/brasil-mais-produtivo



Resultados do **Brasil Mais Produtivo no Pará:**

+40%
de ganho médio de produtividade.

30%
de redução média no consumo de energia.

+200
indústrias atendidas!



SENAI



Finep

BNDES

ABDI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ENTREVISTA

UMA INDÚSTRIA MODERNA, SUSTENTÁVEL E COMPETITIVA PARA O BRASIL

Ricardo Alban

Presidente da Confederação
Nacional da Indústria (CNI)

À frente da CNI em um cenário de transformações, Ricardo Alban defende o protagonismo da indústria como base da soberania e da competitividade do Brasil. Ele destaca iniciativas como o Projeto Brasil 2050 e a SB COP, além da atuação em defesa da segurança jurídica, inovação e inserção internacional. Em meio a tensões globais, é ainda mais importante diversificar mercados e construir parcerias. Alban também aponta entraves ao crescimento do setor, como juros elevados e o Custo Brasil, e defende reformas para impulsionar investimentos, reduzir desigualdades regionais e fortalecer a indústria nacional.



O senhor está à frente da Confederação Nacional da Indústria em um período de grandes transformações. Que avaliação faz da sua gestão e quais avanços considera mais relevantes?

Tenho guiado minha gestão pela certeza de que a indústria precisa ser protagonista do desenvolvimento brasileiro. Não existe soberania real sem uma base industrial forte. Isso porque, mais que produzir bens, a indústria multiplica inovação, impulsiona a produtividade e cria empregos de qualidade. Ela sustenta a capacidade de um país competir globalmente.

Entre as iniciativas mais relevantes, destaco o Projeto para o Brasil 2050, uma mobilização nacional liderada pela CNI para construir um compromisso de longo prazo entre Estado, setor produtivo e sociedade, com foco em responsabilidade fiscal, reformas estruturantes e remoção de gargalos históricos.

Também criamos a Sustainable Business COP (SB COP), uma iniciativa global inédita para que o setor privado lidere soluções climáticas e transforme metas ambientais em projetos concretos de descarbonização. A ideia é posicionar o Brasil como uma potência verde no cenário internacional.

Ao mesmo tempo, temos atuado na defesa da segurança jurídica e da competitividade da indústria. Isso inclui preservar os avanços da reforma trabalhista, incentivar o uso das compras governamentais para fomentar inovação e fortalecer indústrias regionais, além de trabalhar pela ampliação da inserção internacional do país.

Outro tema importante é o debate sobre mudanças na jornada de trabalho, como a proposta de fim da escala 6x1. Defendemos que esse tema seja debatido com responsabilidade, baseado em dados e levando em conta a produtividade da economia e os impactos sobre as empresas, especialmente as pequenas e médias.

O meu objetivo tem sido encontrar soluções sustentáveis para a indústria brasileira e, conseqüentemente, para o país, conciliando competitividade, criação de empregos e melhores condições de trabalho.

Com as atuais tensões geopolíticas e disputas comerciais, como o Brasil pode fortalecer sua presença no comércio internacional?

O mundo passa por uma transformação profunda na forma como a cooperação internacional se organiza. Instituições criadas no pós-guerra – como a Organização

das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – enfrentam hoje dificuldades para responder com rapidez às novas disputas geopolíticas e comerciais. Ao mesmo tempo, surgem arranjos mais flexíveis de cooperação, como o G20 e o BRICS ampliado, que refletem um cenário internacional com vários polos de influência.

O BRICS, originalmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, passou por um processo recente de expansão e agora reúne também Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Irã e Indonésia. Com essa nova configuração, o grupo concentra cerca de 48,6% da população mundial e quase 30% do PIB global, ampliando sua relevância nas discussões sobre comércio, desenvolvimento e governança internacional.

Nesse processo, a indústria brasileira também tem buscado contribuir para aproximar o setor produtivo das discussões internacionais. A CNI exerceu o secretariado executivo do Conselho Empresarial do BRICS e da BRICS Women's Business Alliance durante a presidência brasileira do bloco, coordenando agendas, articulando recomendações do setor privado e organizando o Fórum Empresarial do BRICS. Esses espaços foram importantes para levar às lideranças políticas propostas que fortaleçam o comércio, os investimentos e a cooperação econômica entre os países do grupo.

Nesse contexto, é fundamental que o Brasil saiba construir coalizões, negociar interesses e ampliar parcerias comerciais e tecnológicas. A diversificação de mercados é central nessa estratégia. Por isso, defendemos também o avanço de acordos estratégicos, como o Mercosul-União Europeia, que amplia significativamente o acesso da indústria brasileira a um dos maiores mercados do mundo.

O Brasil tem condições de ocupar um espaço importante nesse cenário em transição, especialmente ao combinar três ativos estratégicos: capacidade produtiva, recursos naturais e liderança na agenda climática. Se souber articular esses elementos com uma diplomacia econômica ativa, o país pode ampliar a influência e a inserção no comércio internacional.

O "tarifaço" imposto pelos Estados Unidos gerou preocupação. Qual a sua avaliação sobre essa medida e seus efeitos?



A imposição de tarifas adicionais foi uma medida preocupante e sem fundamentos econômicos claros, especialmente em uma relação comercial tão longa e relevante como a de Brasil e Estados Unidos. Afetou uma parcela significativa da pauta exportadora brasileira e criou incerteza para empresas e investimentos.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar que essa relação também é marcada por muitas complementaridades. Mesmo em momentos de tensão, existem pontes importantes para o diálogo entre os dois países.

Há áreas em que a cooperação pode ser estratégica, como minerais críticos, infraestrutura digital e combustíveis de aviação sustentáveis, nas quais Brasil e Estados Unidos têm interesses convergentes e oportunidades de cooperação em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Por isso, a postura da CNI foi defender uma resposta firme, mas equilibrada, baseada no diálogo e na negociação. Trabalhamos tecnicamente com o governo e com interlocutores nos Estados Unidos, para preservar uma relação comercial que é estratégica para os dois países.

O Brasil ainda sofre com desigualdades regionais. Quais iniciativas a CNI considera prioritárias para estimular a indústria em regiões menos desenvolvidas?

Reduzir as desigualdades regionais exige criar condições para que o investimento produtivo chegue também às regiões menos desenvolvidas. Para isso, é funda-

Se quisermos que a indústria brasileira ganhe competitividade, precisamos enfrentar esses problemas de forma estrutural: reduzir o custo do capital, simplificar regras, melhorar a infraestrutura e criar um ambiente de negócios mais previsível.”

mental enfrentar entraves estruturais que ainda limitam a expansão da indústria no país. Um dos principais é o nível extremamente elevado dos juros. Quando o Brasil convive com taxas reais acima de 10%, o crédito fica caro, o investimento diminui e muitos projetos industriais, especialmente fora dos grandes centros, acabam sendo adiados ou inviabilizados.

Outro ponto essencial é garantir segurança jurídica e previsibilidade nas regras. A modernização trabalhista de 2017 mostrou que normas mais claras ajudam a reduzir conflitos e a dar mais confiança para empresas investirem e criarem empregos. Preservar esses avanços é fundamental para ampliar a atividade produtiva em diferentes regiões do país.

Mas também há uma grande oportunidade estratégica para o Brasil na nova geografia da indústria global. O país tem enorme potencial para atrair investimentos por meio do chamado *powershoring*, que é a instalação de indústrias em locais com grande disponibilidade de energia renovável. Regiões com forte potencial eólico, solar e de biomassa, como o Nordeste, podem se tornar polos de novas cadeias produtivas ligadas à neointustrialização, como hidrogênio verde, biocombustíveis e outras tecnologias de baixo carbono.

Esse movimento também abre espaço para investimentos em infraestrutura digital e em data centers, que buscam cada vez mais locais com energia limpa e competitiva. Com políticas adequadas, isso pode estimular a

descentralização das cadeias produtivas, gerar empregos qualificados e levar desenvolvimento para regiões que ainda estão à margem dos grandes polos industriais.

Além disso, defendemos o uso estratégico das compras governamentais, que representam cerca de 12% do PIB, como instrumento para estimular inovação e fortalecer cadeias produtivas regionais, combinado com investimentos em qualificação profissional.

No fundo, o desafio é criar um ambiente econômico que combine competitividade, segurança jurídica e aproveitamento das vantagens naturais do país para atrair novos investimentos industriais.

Para encerrar, quais são hoje os principais entraves para a competitividade industrial no país?

O maior entrave continua sendo o Custo Brasil. Estamos falando de um peso que chega a cerca de R\$ 1,7 trilhão por ano e que tira competitividade da indústria brasileira tanto no mercado interno quanto no exterior. Esse custo aparece na burocracia excessiva, em um ambiente regulatório complexo, na insegurança jurídica e em gargalos históricos de infraestrutura.

Mas como destaquei anteriormente, há um entrave que se coloca de forma muito clara: o nível dos juros no Brasil. Conviver com taxas reais acima de 10% é algo difícil de justificar em qualquer economia que queira crescer. Isso encarece o crédito, trava investimentos e acaba favorecendo o rentismo em detrimento da economia real, que é onde estão a produção, o emprego e a renda.

Também precisamos preservar avanços institucionais que ajudaram a dar mais previsibilidade ao ambiente de negócios. A modernização trabalhista de 2017 trouxe regras mais claras para as relações de trabalho e contribuiu para reduzir a litigância excessiva. Garantir segurança jurídica e estabilidade nas regras é fundamental para que as empresas tenham confiança para investir.

Se quisermos que a indústria brasileira ganhe competitividade, precisamos enfrentar esses problemas de forma estrutural: reduzir o custo do capital, simplificar regras, melhorar a infraestrutura e criar um ambiente de negócios mais previsível. Sem isso, a indústria continuará competindo em desvantagem em relação aos seus concorrentes internacionais. ¶

PARÁ IMPULSIONA ECONOMIA BRASILEIRA

“O Brasil acostumou-se, ao longo de sua história, a enxergar o desenvolvimento como um movimento que parte do Sudeste e se espalha pelo território. Mas essa lógica começa a mudar, e o Pará é hoje um dos sinais mais evidentes dessa inflexão”. A afirmação é do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), Alex Carvalho. Segundo ele, o estado reúne as condições necessárias para atrair investimentos, ampliar a industrialização e fortalecer sua presença em cadeias globais.

A ECONOMIA DO PARÁ FECHOU 2025 COM **CRESCIMENTO DE 4,51%**, QUASE O DOBRO DA MÉDIA BRASILEIRA, QUE FICOU EM **2,29%**

A INDÚSTRIA **CRESCEU 3,26%**, SUPERANDO A MÉDIA NACIONAL DE **0,6%**

Fonte: Fapespa/IBGE



De acordo com o Observatório da Indústria da FIEPA, o Pará ocupa a 12ª posição entre as maiores economias do país e responde por cerca de 40% da riqueza gerada na Região Norte. Esse desempenho é impulsionado principalmente pelos setores mineral e agroindustrial, além de avanços em infraestrutura logística e energia. Somam-se a esse cenário a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Barcarena e o fortalecimento da agenda de inovação e sustentabilidade, impulsionada pela Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), que ocorreu em 2025 em Belém.

“O Pará apresenta um crescimento consistente, acima da média nacional, sustentado por uma base produtiva sólida. O diferencial está na combinação de fatores como mineração, agroindústria, energia e novas cadeias econômicas, que criam um ambiente altamente competitivo. Não se trata de um crescimento isolado, mas de um processo estruturado, que aponta para a consolidação de um novo ciclo de crescimento industrial no estado”, afirma o gerente do Observatório, Felipe Freitas.

SETOR MINERAL

Na mineração, o estado responde por 43,6% da produção nacional, posicionando-se no centro de debates globais sobre segurança mineral e transição energética. O Anuário Mineral Brasileiro 2025 (ano base 2024) aponta que ferro, cobre, bauxita, manganês e níquel, produzidos no Pará, não são apenas commodities e, sim, insumos estra-



MINERAÇÃO NO PARÁ EM NÚMEROS

COBRE

1º LUGAR NACIONAL

R\$ 17,11 BILHÕES

74,9% DO VALOR NO BRASIL

FERRO

2º LUGAR NACIONAL

R\$ 72,52 BILHÕES

45,4% DO VALOR NO BRASIL

INVESTIMENTOS PREVISTOS

(2024–2028)

US\$ 15,71 BILHÕES

PARÁ É O PRINCIPAL DESTINO DE INVESTIMENTOS MINERAIS NO BRASIL

tégicos para a economia do futuro.

A força da mineração no Pará se traduz diretamente em impacto econômico e arrecadação pública, tendo como um dos principais indicadores a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), royalty pago pelas empresas mineradoras pela utilização dos recursos naturais. Em 2025, o estado arrecadou R\$ 3,09 bilhões com a CFEM, o que representa 39,08% de toda a arrecadação nacional, consolidando liderança absoluta no setor. Esse resultado é fortemente impulsionado pelo minério de ferro, responsável por 80,22% da arrecadação estadual, seguido pelo cobre (9,51%) e pelo alumínio (6,35%). A arrecadação está distribuída por 100 municípios paraenses, envolvendo 836 titulares e mais de 2.100 processos minerários ativos.

O Pará está entre os cinco maiores exportadores do Brasil. Em 2025, exportou US\$ 24,2 bilhões e importou US\$ 2,74 bilhões, com superávit de US\$ 21,49 bilhões, terceiro maior do país, com participação de 6,95% nas exportações brasileiras e crescimento de 8,69% na pauta de produtos. Os dados são do Centro Internacional de Negócios (CIN) da FIEPA.

Para a gerente do CIN, Cassandra Lobato, os dados revelam uma mudança mais profunda: “O Pará não está apenas exportando mais, está exportando melhor. A ampliação da pauta exportadora mostra um estado que vem diversificando sua base produtiva e ampliando sua competitividade internacional, com avanços na maturidade econômica e maior capacidade de inserção em diferentes mercados”, explica.



Foto: Arthur Correa

FORÇA DA AGROINDÚSTRIA

A agroindústria paraense também apresenta forte dinamismo e ampliação do protagonismo dos produtos paraenses. A carne bovina, por exemplo, exportou US\$ 1,22 bilhão, tendo como principal destino a China. O bom desempenho é reflexo dos investimentos em rastreabilidade, avanços na qualidade sanitária e na eficiência logística do setor frigorífico.

O empresário do setor de carne e vice-presidente da FIEPA, Daniel Freire, explica que o Pará conta, hoje, com 69 frigoríficos, além de uma cadeia complementar formada por curtumes, graxarias e indústrias de biocombustíveis. “Temos um dos sistemas mais robustos do país em rastreabilidade e governança socioambiental. O índice de conformidade da cadeia chega a 99,2%, o que fortalece a reputação da carne paraense no mercado internacional”, explica.

Apesar dos avanços, o empresário aponta desafios no mercado internacional. “O Pará responde por cerca de 11% da produção nacional

de carne bovina, mas participa com aproximadamente 6% das exportações. Existe um *gap* que não está na produção, mas no acesso a mercados como Estados Unidos, União Europeia e México. Um dos principais gargalos está na logística. Ainda temos um número limitado de berços de atracação, o que reduz a frequência de navios, encarece o frete e impacta diretamente as exportações”, afirma.

LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA

Para o presidente da FIEPA, Alex Carvalho, o estado reúne condições privilegiadas para garantir logística integrada e eficiente. A presença de ativos como a Estrada de Ferro Carajás (EFC), as hidrovias estratégicas da Amazônia e portos de grande calado - como Vila do Conde, Belém e Santarém - já assegura eficiência no escoamento de minérios, grãos e produtos industrializados.

Localizada no município de Barcarena, a cerca de 100 quilôme-

tros de Belém, a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) de Barcarena está inserida no Complexo Industrial e Portuário de Vila do Conde, um dos principais polos logísticos da Amazônia. A região conta com acesso rodoviário pelas rotas da Alça Viária, PA-151 e PA-483, além de conexão direta com o sistema hidroviário, o que garante eficiência no escoamento da produção e acesso facilitado aos mercados internacionais.

A posição geográfica é considerada um dos grandes diferenciais do empreendimento. A partir de Barcarena, cargas com destino aos Estados Unidos podem chegar a Miami em, aproximadamente, sete dias, enquanto remessas para a Europa, como Rotterdam, levam cerca de doze dias. Rotas comerciais também conectam o estado a mercados asiáticos, como Índia e China, reforçando o papel estratégico do Pará no comércio global.

A ZPE integra o modelo brasileiro de zonas econômicas especiais voltadas à exportação, fruto de uma

articulação técnica e política junto ao governo federal, liderada pelo governo estadual, por meio da Companhia de Desenvolvimento Econômico (Codec), e com forte apoio do setor produtivo. As empresas instaladas passam a operar sob um regime aduaneiro e fiscal diferenciado, com suspensão de diversos tributos federais. O modelo também prevê incentivos adicionais envolvendo ICMS e ISS, além de liberdade cambial - permitindo que receitas de exportação sejam mantidas no exterior - e segurança jurídica por até 20 anos, oferecendo previsibilidade para investimentos de longo prazo.

Com integração direta ao Porto de Vila do Conde, e conectada a

importantes vias marítimas e ferroviárias, a ZPE abrigará empreendimentos de diversos setores, entre os quais, minerais metálicos e não metálicos, metalurgia, alimentos e bebidas, grãos e proteína animal, transporte e tecnologia, madeira, papel e celulose, além de segmentos ligados à biodiversidade amazônica, como cosméticos e perfumaria.

Com investimento inicial estimado em R\$ 57 milhões, a expectativa é consolidar o Pará como uma nova fronteira industrial e exportadora do Brasil. "A ZPE de Barcarena é um marco importante na estratégia de fortalecimento do ambiente de negócios no Pará. Ao reunir localização logística privilegiada, regime aduaneiro diferenciado e integração com importantes corredores de exportação, o empreendimento cria condições concretas para ampliar a competitividade do estado, atrair investimentos produtivos e posicionar o Pará de forma mais consistente nas cadeias globais de valor", afirma Pádua Rodrigues, diretor da Codec. ¶



“ O Pará responde por 11% da produção nacional de carne bovina, mas participa com 6% das exportações. Existe um *gap* que não está na produção, mas no acesso a mercados como Estados Unidos, União Europeia e México.”

Daniel Freire, empresário do setor de carne e vice-presidente executivo da FIEPA

PARÁ SE DESTACA PELA DIVERSIDADE

Em um cenário marcado pela crescente demanda por energia, inovação e transformação industrial, o Pará reúne setores estratégicos que ampliam seu protagonismo econômico e fortalecem sua inserção no mercado global. Na área energética, o estado concentra o maior potencial hidrelétrico da Amazônia, com usinas como Tucuruí e Belo Monte, garantindo oferta robusta e competitiva, um diferencial decisivo para indústrias eletrointensivas, como a produção de alumínio.

A bioeconomia também se destaca como uma fronteira promissora, ao transformar a biodiversidade amazônica em soluções de alto valor agregado, como biotecnologia, cosméticos e fármacos. Já na siderurgia, o polo de Marabá fortalece a verticalização da cadeia mineral, ao converter minério de ferro em aço e ampliar a capacidade industrial do estado. A integração desses setores diversifica a economia e posiciona o Pará como protagonista em um modelo que alia recursos naturais, inovação e sustentabilidade.

O que é essencial para o futuro?

Às vezes a gente nem percebe, mas os minérios estão em quase tudo no nosso dia a dia.

Da matéria-prima na indústria a quase tudo que é digital. Nas baterias dos carros elétricos e na inteligência artificial.

Na Vale, produzimos minério de ferro, cobre e níquel com muita inovação, segurança e respeito ao meio ambiente.

Essa é a mineração que pensa no hoje e no amanhã: essencial para o futuro de todos.

Se é essencial para você, tem a ver com a Vale.

Saiba mais em vale.com/essencial



Indústria do Pará no caminho da inovação

O mapa da inovação no Brasil desenha um contraste relevante na região Norte. O Pará, estado que concentra 30% dos minerais críticos do país e abriga uma das maiores reservas de biodiversidade do planeta, figura entre os maiores exportadores de commodities brutas enquanto busca consolidar um modelo de desenvolvimento que agregue valor à sua produção. Esse é o retrato que emerge dos debates promovidos pela Jornada Nacional de Inovação da Indústria, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O diagnóstico para a região Norte aponta para um território de contrastes. De um lado, há referências consolidadas em bioeconomia, centros de pesquisa de ponta e uma vocação para liderar a transição energética global. De outro, persistem gargalos históricos: baixa agregação de valor, dificuldade de acesso ao crédito, evasão de talentos e déficit estrutural de conectividade e logística.

Para Léo Shinomiya, gerente executivo de tecnologia e inovação do SENAI Pará, a composição do parque industrial paraense revela um descompasso estrutural. “O setor de extração de minerais metálicos brutos responde por cerca de 68,7% de todo o PIB industrial do



Alex Carvalho, presidente da FIEPA, durante etapa da Jornada Nacional de Inovação da Indústria em Belém.

estado. Enquanto isso, setores da indústria de transformação, como alimentos e metalurgia, representam fatias mínimas, em torno de 3% cada”, explica, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consolidados pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA).

Esse cenário se reflete na balança comercial. Levantamentos do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) mostram que aproximadamente 84% das exportações paraenses vêm do setor extrativo primário. A indústria de transformação, que gera mais empregos qualificados e retém valor agregado, raramente ultrapassa os 12%

da pauta de exportações. É o retrato do modelo primário-exportador que, segundo Shinomiya, “transfere os ganhos da industrialização para outros estados e países”.

O presidente da FIEPA, Alex Carvalho, sintetizou a ambição do setor produtivo local durante os debates da Jornada. “Por meio da verticalização e da inclusão de pequenos empreendedores, teremos maior capacidade de transformar a realidade da região Norte, deixando de apenas fornecer insumos não industrializados para adotar uma cadeia de inovação e conversão de novos negócios com potencial econômico”, afirmou. Ele reforçou que a região busca ser tratada como protagonista em seu próprio desenvolvimento.

MINERAIS CRÍTICOS E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

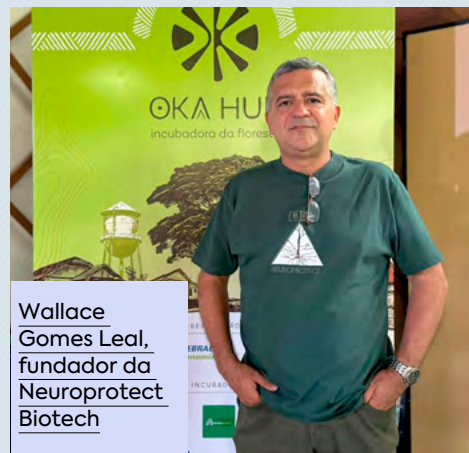
A transição energética global abre uma oportunidade inédita para o Pará. O estado detém reservas significativas de níquel, lítio e grafite, minerais essenciais para baterias elétricas e sistemas eólicos e solares. A captura desse valor, no entanto, depende de um salto tecnológico ainda em construção.

Jefferson Gomes, diretor de Desenvolvimento Industrial, Tecnologia e Inovação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), observou que a região precisa transformar sua liderança em ativos de carbono e biodiversidade em vantagem competitiva. “O povo daqui mantém a floresta em pé. E vocês são uma liderança em 21,6 bilhões de dólares para manter a floresta em pé. A liderança em P&D [Pesquisa e Desenvolvimento] e bioeconomia no país está aqui”, disse, referindo-se ao potencial de captação via Redução

de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+). Mas alertou: “O que a gente tem na região Norte é uma profunda vontade de ser. Mas a infraestrutura logística e de transporte aparece como o principal problema”.

A geografia impõe barreiras que tornam o ambiente de negócios no Pará mais complexo. A dependência da malha hidroviária, as condições das rodovias e as dimensões continentais impactam o custo do frete. É o chamado “Custo Amazônia”. Há ainda o que Shinomiya define como “cerco ambiental”: a pressão internacional por sustentabilidade. “Nenhuma outra região do Brasil sofre tanta pressão geopolítica para produzir de forma sustentável”, explica.

Esse cenário, porém, pode se transformar em ativo. A rastreabilidade das cadeias produtivas, garantindo que um produto é livre de desmatamento, tem se tornado um diferencial competitivo para acessar mercados que exigem práticas ESG.



Wallace Gomes Leal, fundador da Neuroprotect Biotech

INOVAÇÃO NA PRÁTICA

O ecossistema de inovação paraense já conta com exemplos concretos de empresas que estão rompendo o ciclo do extrativismo. Um deles é a Neuroprotect Biotech, fundada por Wallace Gomes Leal, que desenvolve fármacos e suplementos a partir da biodiversidade amazônica. A trajetória começou há mais de 15 anos com um estudo que utilizou pistas da medicina tradicional para identificar plantas com potencial neuroprotetor. O gergelim preto destacou-se por suas propriedades anti-inflamatórias e antioxidantes, dando origem a um composto que pode ser capaz de proteger o cérebro de danos causados por doenças como Alzheimer, Parkinson e AVC.

Diferentemente dos tratamentos convencionais, cuja janela terapêutica se limita a cerca de seis horas após um AVC, o composto demonstrou eficácia em até 24 horas, com perfil de segurança favorável por ser derivado de um alimento. “Quando não há outras opções, o médico pode prescrever uma terapia alternativa. Nosso neuroprotetor já foi prescrito algumas vezes, e as pessoas evoluíram com movimento e restauração de sensibilidade”, relata Wallace Leal.

Com patente no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e planos de enviar relatório à Anvisa para testes em humanos, a Neuroprotect busca se consolidar como referência. “Nosso sonho é que a Neuroprotect seja uma das principais empresas de biotecnologia do Brasil e quem sabe do mundo”, conclui o pesquisador e fundador da empresa.

O POTENCIAL ESTRATÉGICO DO PARÁ



MINERAIS CRÍTICOS

30% do estoque nacional (níquel, lítio, grafite).



PARQUE DE BIOECONOMIA DE BELÉM

Centro de negócios para mais de 200 startups.



BIOECONOMIA

Mais de 240 espécies mapeadas para fármacos e cosméticos.



POTENCIAL REDD+

cerca de US\$ 21,6 bilhões até 2030.



CONECTIVIDADE

13,2 mil km de fibra subfluvial, maior rede de baixo impacto do mundo.

FINANCIAMENTO E QUALIFICAÇÃO

Um dos principais entraves é o acesso ao crédito. “A extrema burocracia e a exigência de garantias reais sufocam os investimentos em P&D”, afirma Shinomiya, referindo-se ao Fundo Constitucional do Norte (FNO). Mas há um problema anterior: o desconhecimento. Carlos Borck, superintendente de Inovação e Tecnologia da CNI, aponta que a Jornada revelou falta de informação sobre os instrumentos disponíveis. “As pessoas desconhecem políticas públicas. Não sabem das oportunidades de financiamento a juros baixíssimos que Sebrae, BNDES e Finep

possuem. Existem grandes políticas públicas, mas elas não estão chegando no cliente final”, afirma.

Borck observa que as federações oferecem serviços gratuitos aos associados, mas empresários recorrem a assessorias particulares por desconhecimento. “A gente tem por obrigação diminuir essa lacuna de formação”, diz. A alternativa, segundo Léo Shinomiya, está na combinação de instrumentos: fundos garanti-dores, ampliação de editais de subvenção econômica via Fapespa e Finep, e capacitação para acessar a Lei do Bem e o TECNOVA III.

Outro gargalo é o capital humano. O Pará enfrenta a “fuga de cérebros” e um déficit de mão de obra qualificada para a Indústria 4.0. A solução, sugere Shinomiya, passa por integrar ensino e ambiente industrial. Wallace Leal, que fez pós-doutorados na Suécia e nos EUA, destaca que existe competência instalada na Amazônia. “O pesquisador da Amazônia pode chegar aonde não se chegou na Suécia. Nós temos a Amazônia. E eles não têm”, afirma. ¶

“Deficiências de infraestrutura básica e de conectividade inviabilizam ou desmotivam a adoção de inovações da indústria 4.0 no interior do estado.”

Léo Shinomiya, gerente executivo de tecnologia e inovação do SENAI Pará

O QUE UNE E O QUE DIFERENCIA

A Jornada mostrou que o Norte compartilha demandas comuns com outras regiões: desburocratização, capital humano e simplificação tributária. Mas há especificidades. “Instituir incentivos fiscais tangíveis para a bioeconomia e investir massivamente em infraestrutura, transporte, logística, conectividade e eletricidade”, sintetiza Jefferson Gomes, da CNI. Alex Carvalho, presidente da FIEPA, reforça: “Não podemos ser tratados como subassistidos. Eu não me convenço de que a região Norte tenha que ser uma sub-região da nação”.

O salto que o Pará pode dar é integrar bioeconomia com Indústria 4.0, IA e rastreabilidade, agregando valor e confiabilidade aos produtos amazônicos. O Índice de Inovação dos Estados posiciona o Pará como o mais inovador do Norte e 15º no país. A questão é transformar as recomendações da Jornada em políticas públicas efetivas.

Para Shinomiya, o fortalecimento da inovação “é uma transformação estrutural na matriz econômica do Pará”. Ele vê na COP 30 um legado para atrair investimentos, fixar talentos e consolidar o estado como atrator de capital verde. Wallace Leal, que é professor da Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém, alerta: “Os avanços da bioeconomia não devem beneficiar apenas Belém. Precisam valorizar o interior”. Borck reforça que 2026 será um ano de ação para enfrentar o desafio da informação.



Líderes preparados melhoram resultados



A Toniolo é uma das empresas que investe em desenvolvimento de lideranças.

Em um cenário empresarial cada vez mais dinâmico, competitivo e desafiador, o papel das lideranças se consolida como um dos principais fatores para o sucesso das organizações. Estudos da Great Place To Work® (GPTW) indicam que 90% das organizações consideram o desenvolvimento de lideranças uma prioridade. Gestão humanizada, capacidade de entregar resultados, resiliência e adaptação às mudanças, conhecimento do negócio, comunicação e foco em inovação são algumas das habilidades apontadas na pesquisa.

Mas, como desenvolver essas

“A percepção geral sobre o PDL é extremamente positiva. Estamos muito satisfeitos com a parceria com a IEL e com a condução do Programa, que tem superado nossas expectativas.”

Danila Marques, analista de Recursos Humanos da Toniolo

competências de forma prática e estratégica? Foi com essa premissa, e diante das crescentes demandas do mercado, que o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Pará) percebeu a necessidade de uma metodologia estrutu-

rada para apoiar a transformação dentro das empresas. Surgiu, então, o Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL). A proposta é elevar a maturidade executiva nas organizações, especialmente nas empresas da região, e preparar líderes mais conscientes, estratégicos e aptos a enfrentar os desafios.

De acordo com a gerente de Projetos do IEL Pará, Marcella Dias, o desempenho de uma empresa está diretamente relacionado à qualidade de suas lideranças. “São elas que traduzem a estratégia, promovem o alinhamento entre equipes e constroem ambientes de trabalho produtivos e colaborativos,

direcionando resultados sustentáveis”, afirma.

Segundo Marcella, profissionais técnicos promovidos a cargos de liderança nem sempre possuem as competências necessárias para a função. “Ser um bom técnico não significa, necessariamente, ser um bom líder”, destaca. Nesse contexto, o Programa de Desenvolvimento de Lideranças atua para fortalecer essas habilidades, desenvolvendo competências como tomada de decisão, visão sistêmica e liderança orientada a resultados.

DIFERENCIAL COMPETITIVO

Para a consultora do IEL, Leide Lameira, estrategista de negócios e especialista em gestão de pessoas e desenvolvimento humano, os principais diferenciais do programa são a aplicação prática dos conteúdos, a personalização de acordo com as necessidades da empresa e o acompanhamento dos resultados. “O PDL é uma jornada estratégica estruturada em diagnóstico, desenvolvimento, implantação e acompanhamento, com foco na identificação de pontos de melhoria e aplicação prática de ferramentas de gestão mais eficazes”, detalha.

Segundo ela, o acompanhamento contínuo da evolução das lideranças assegura que as mudanças comportamentais sejam efetivas e sustentáveis, refletindo diretamente na performance das equipes e nos resultados organizacionais. “Ao longo do programa, as empresas registram avanços como melhoria na comunicação, maior clareza na tomada de decisão e redução de conflitos, além do fortalecimento do comportamento das lideranças”, explica.



Ao longo do PDL, as empresas registram avanços como melhoria e clareza na tomada de decisão e redução de conflitos, além do fortalecimento do comportamento das lideranças”

Leide Lameira,
consultora do IEL

CULTURA ORGANIZACIONAL

O investimento em liderança também impacta diretamente a cultura organizacional. Ao adotar processos de gestão mais conscientes, estruturados e orientados a resultados, as empresas fortalecem o alinhamento interno e aumentam sua capacidade de crescimento sustentável.

Para Danila Marques, analista de Recursos Humanos da Toniolo, a adesão ao PDL reforçou iniciativas já existentes na empresa. “Entendemos que o fortalecimento das lideranças é um pilar essencial para a sustentabilidade do negócio e para o desenvolvimento contínuo das pessoas. Nossa empresa já possui um programa estruturado de desenvolvimento de líderes, e vimos nessa par-



“As lideranças traduzem a estratégia, promovem o alinhamento entre equipes e constroem ambientes de trabalho produtivos e colaborativos, direcionando resultados sustentáveis”

Marcela Dias, gerente de Projetos do IEL-PA

ceria com o IEL uma excelente oportunidade de complementar e elevar esse trabalho, incorporando uma abordagem ainda mais técnica, atualizada e alinhada às melhores práticas do mercado”, afirma.

Entre os resultados percebidos, a analista destaca o fortalecimento das competências comportamentais, a ampliação da visão estratégica dos líderes e melhorias na comunicação e na gestão de pessoas. “Os conteúdos abordados no programa têm se mostrado altamente aplicáveis à nossa realidade, promovendo reflexões relevantes sobre o papel da liderança, a tomada de decisão, o desenvolvimento das equipes e o equilíbrio entre a busca por resultados e a valorização das pessoas”. ¶



VEJA OS PRINCIPAIS EIXOS DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS:

AUTOLIDERANÇA E AUTOGESTÃO

Desenvolve o autoconhecimento, a responsabilidade pessoal e a postura protagonista na condução da própria carreira.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Fortalece a consciência e regulação emocional, promovendo empatia, resiliência e equilíbrio nas relações de trabalho.

COMUNICAÇÃO ASSERTIVA

Aprimora a clareza na comunicação, a escuta ativa e a condução de conversas desafiadoras.

GESTÃO DE CONFLITOS

Capacita para identificar, mediar e transformar conflitos em oportunidades de melhoria e colaboração.

LIDERANÇA ORIENTADA A RESULTADOS

Estimula a visão sistêmica, alcance de metas e a tomada de decisão alinhada aos objetivos do negócio.

DELEGAÇÃO ESTRATÉGICA

Desenvolve a autonomia e capacidade de delegar com eficiência, confiança e responsabilidade compartilhada.

FEEDBACK CONTÍNUO

Estrutura técnicas de feedback individual e coletivo para uma cultura de melhoria contínua.

INOVAÇÃO, MUDANÇA E GESTÃO DE RISCOS

Prepara para a condução de transformações com foco na identificação e mitigação de riscos operacionais e comportamentais.

O alumínio que impulsiona a economia de baixo carbono nasce aqui.

A Alcoa une pessoas e tecnologia em prol da transição econômica de baixo carbono.

A partir de Juruti, fortalecemos a indústria nacional, promovendo o desenvolvimento e a transformação de comunidades e negócios locais.

Avançamos na nossa visão: construir um legado de excelência para as gerações futuras.



Giovanna Corrêa, Juruti

Educação internacional prepara futuros profissionais da indústria



Equipe SESI Pará no centro de operações da NASA, o Kennedy Space Center.

A educação internacional, que inclui intercâmbios, participação em eventos educacionais no exterior, desenvolvimento de soft skills e fluência em idiomas, deixou de ser apenas um diferencial e assumiu papel central na preparação de jovens para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Nesse contexto, habilidades como liderança, autonomia, criativi-

dade e pensamento crítico ganham destaque, especialmente por representar competências humanas que diferenciam profissionais diante do avanço das inteligências artificiais.

Com forte presença de multinacionais e protagonismo no comércio exterior, o Pará está cada vez mais inserido em cadeias globais, o que reforça a necessidade de uma formação multicultural e de uma visão mais ampla do cenário inter-

nacional por parte dos estudantes. Em 2025, por exemplo, o estado foi o quinto maior exportador do país, com cerca de US\$ 24,2 bilhões em negócios. Esse dinamismo exige que a indústria local não apenas produza, mas também dialogue com os principais mercados globais, como Estados Unidos, China e países da Europa, reforçando a importância de lideranças com visão estratégica e fluência cultural.



Paula Araújo na Universidade de Harvard (EUA).

Em janeiro deste ano, Paula Araújo vivenciou um ambiente de negociação internacional, no qual defendeu posicionamentos em inglês e articulou ideias com jovens de diferentes países. Aluna do 2º ano do Ensino Médio da Escola SESI Belém, ela participou do Harvard Model United Nations (HMUN), simulação de debates da ONU promovida pela Universidade de Harvard, realizada em Boston, nos Estados Unidos. Na ocasião, Paula representou Nauru, país da Oceania, em discussões sobre tecnologia e saúde.

A experiência exigiu pensamento crítico e capacidade de adaptação para propor soluções em contextos reais. “No HMUN, precisamos pensar rápido, ouvir diferentes pontos de vista e construir soluções possíveis. Essa experiência mostrou que a educação nos prepara para desafios que exigem criatividade e responsabilidade”, afirma Paula.



Quando incentivamos a participação em eventos como o de Harvard, estamos dando ao aluno a chance de desenvolver autonomia e liderança na prática, além de pensar em soluções reais que trazem para esse aluno conhecimentos globais. Isso entrega para a indústria paraense um profissional muito mais maduro e pronto para lidar com a complexidade do mercado atual.”

Dário Lemos, superintendente do SESI Pará

COMPETÊNCIAS EM ALTA

Dados do Fórum Econômico Mundial indicam que, até 2030, o pensamento analítico, a liderança e a resolução de problemas complexos estarão entre as competências mais demandadas globalmente. O relatório aponta que tais habilidades são as mais resistentes ao avanço da inteligência artificial.

Esse cenário é reforçado por análises da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que destacam a educação internacional como fator decisivo para desenvolver a capacidade de atuar em contextos multiculturais. No Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) reitera que o setor produtivo busca profissionais com formação integrada, unindo conhecimento técnico e visão global.

A gerente de Educação do SESI Pará, Márcia Arguelles, destaca o impacto dessas vivências. “Ver nossos alunos ocupando espaços internacionais mostra que estamos no caminho certo ao investir em uma educação que amplia possibilidades e prepara para diferentes realidades. Esse tipo de vivência contribui para formar estudantes mais autônomos, seguros e capazes de dialogar com diferentes contextos, o que faz diferença na trajetória pessoal e profissional”, afirma.



CONEXÃO COM O MERCADO LOCAL

A trajetória de Paula Araújo também converge com a necessidade de formar profissionais que compreendam a realidade local e proponham soluções sustentáveis para a Amazônia. A educação internacional amplia a visão de mundo e conecta desafios globais às demandas regionais. O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), Alex Carvalho, avalia que esse perfil é essencial para manter a indústria local competitiva e estratégica. “A indústria do Pará está cada vez mais inserida em um contexto global, sem perder de vista as particula-

“Conheci a Engenharia na prática e percebi como cada etapa é importante para o resultado final. Também tive contato com pessoas que ampliaram minha visão de mundo. A experiência internacional me motivou a seguir focada e contribuiu para minha aprovação em três universidades federais.”

Ana Clara Medeiros, estudante de Engenharia Civil e ex-aluna do SESI Ananindeua

ridades da nossa região. Por isso, é fundamental formar jovens com visão ampla, mas capazes de aplicar esse conhecimento no território. O trabalho do SESI contribuiu para essa finalidade. São esses profissionais que vão impulsionar a inovação e o desenvolvimento sustentável nos próximos anos”, avalia.

A experiência internacional também influencia na formação superior, como no caso de Ana

Clara Medeiros, que ingressou em 2026 no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 2025, quando ainda cursava o ensino médio no SESI Ananindeua, ela apresentou, no Kennedy Space Center, da NASA, um experimento sobre a germinação do jambu (*Acmella oleracea*) - erva amazônica que provoca dormência e formigamento na boca - em ambiente de microgravidade. A equipe Newton Exploration foi a única representante de uma escola brasileira no evento e recebeu menção honrosa.

“A minha experiência na NASA despertou meu interesse pela Engenharia e me fez enxergar o curso como uma possibilidade real de carreira. Até então, eu estava desmotivada com o Enem e já não conseguia visualizar o meu futuro. A experiência mudou essa perspectiva e me fez entender que ainda posso ir muito longe”, conta. ¶

O preço da ineficiência: por que o Custo Brasil é um vilão que afeta a todos nós?

Todos os anos, o Brasil desperdiça o equivalente a 20% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em razão de um conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas. Esse montante, que chega a R\$ 1,7 trilhão por ano, não é apenas um número frio em planilhas governamentais. É o que chamamos de Custo Brasil, um tributo invisível que encarece a produção, reduz a nossa competitividade internacional e pesa no bolso dos cidadãos.

Recentemente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) encomendou ao Instituto Nexus uma pesquisa inédita, que ouviu mais de mil empresários industriais de todas as regiões do país. Os resultados confirmam a urgência de enfrentarmos esse problema. Para 70% dos empresários, a alta carga tributária (honrar tributos) é o maior vilão do Custo Brasil. Logo em seguida, esbarramos na falta de mão de obra qualificada (62%), na dificuldade de financiar o negócio com juros justos (27%) e na insegurança jurídica e regulatória (24%).

A consequência dessa ineficiência sistêmica atinge a sociedade em cheio. A maioria do setor produtivo (77%) atesta que o Custo Brasil resulta no aumento direto dos preços finais pagos pelos consumidores. Ou seja, essas ineficiências fazem com que todos os brasileiros paguem, em média, 20% mais caro pelo que consomem.

Trata-se de um ciclo vicioso. A empresa gasta mais para operar, o produto chega mais caro às prateleiras e as famílias perdem poder de compra. Além disso, a inércia diante desse cenário é perigosa. A pesquisa revelou que, caso o Custo Brasil não seja contido, o maior temor do empresário é o aumento de falências e fechamento de empresas (24%), seguido pelo risco de recessão econômica (19%).

Para mitigar esses impactos, precisamos de medidas estruturais e de coragem política. Ainda de acordo com a pesquisa da CNI, 77% dos empresários disseram que aumentariam seus investimentos se a taxa de juros para empresas fosse reduzida pela metade e 56% impulsiohariam a contratação de mão de obra se houvesse uma redução nos processos trabalhistas. É a prova de que a redução dos juros e da insegurança legal são motivadores de um ciclo virtuoso de crescimento econômico e criação de empregos.



LÉO DE CASTRO

VICE-PRESIDENTE
CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DA
INDÚSTRIA (CNI)

A CNI não tem medido esforços para capitanear essa mudança. Mapeamos os problemas apresentados na Mandala do Custo Brasil, elaborada pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), e construímos propostas que, se implementadas, podem ajudar a reduzir esse custo em até R\$ 530 bilhões até 2035. Entre as medidas prioritárias estão a regulamentação célere e eficiente da reforma tributária, essencial para acabar com a cumulatividade de impostos, o combate ao elevado spread bancário para garantir crédito mais barato e a modernização da nossa infraestrutura deficiente.

Atuamos diariamente na articulação com o governo federal e o Congresso Nacional para destravar essas pautas. No âmbito do Poder Legislativo, estruturamos a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo. No Executivo, a discussão faz parte dos temas prioritários do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).

Apesar dessas iniciativas, ainda detectamos a falta de interesse da classe política em dar a devida importância e urgência ao tema. Especialmente neste que é um ano eleitoral, cabe instigarmos os candidatos aos postos públicos sobre o quanto eles estão comprometidos, de fato, com as demandas da população e o desenvolvimento do país. Reduzir o Custo Brasil deixou de ser apenas uma demanda da indústria. É uma condição fundamental para o futuro da economia.

E em um cenário global cada vez mais acirrado, não podemos continuar perdendo trilhões de reais em ineficiências internas. Afinal, qual país pode se dar ao luxo de desperdiçar tanto dinheiro? Somente com a coordenação efetiva entre governos, setor produtivo e sociedade civil conseguiremos destravar o país, transformando esse desperdício em mais competitividade, atração de investimentos e, acima de tudo, em um real aumento no poder de compra e na qualidade de vida de todos os brasileiros. ¶

Plataforma conecta fornecedores e indústrias

Diversas ferramentas digitais estão redesenhando a forma como empresas se conectam com o mercado. No Pará, esse movimento ganha força com a atuação da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), por meio da iniciativa Redes, que há 25 anos investe na estruturação de um ecossistema voltado ao desenvolvimento industrial sustentável na Amazônia.

No centro dessa estratégia está a Plataforma +Negócios, uma ferramenta tecnológica que se consolida como ponte entre fornecedores locais e grandes indústrias, facilitando o acesso a compras públicas e privadas em larga escala. Mais do que um ambiente digital, a plataforma representa uma mudança de lógica: democratiza o acesso ao mercado e posiciona o empresário paraense como protagonista dentro das cadeias produtivas.

A proposta é simples, mas poderosa. Em um único ambiente digital, disponível via web e mobile, empresas encontram demandas abertas de grandes players industriais, oportunidades de licitações e mais de 450 processos de compras públicas monitorados a partir do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). O resultado é a redução de barreiras históricas que limitavam o crescimento de pequenos e médios fornecedores.

“Antes, o pequeno fornecedor dependia de relações pessoais para acessar grandes indústrias. Hoje, ele tem acesso às mesmas oportunidades que qualquer empresa do país, em tempo real, pelo celular”, destaca Fabio Xerfan, gerente executivo da FIEPA Redes.

Segundo ele, a tecnologia, quando aliada a uma estratégia estruturada, tem potencial para transformar o ambiente de negócios regional. “A Plataforma +Negócios prova que é possível fortalecer o empresário local e inseri-lo de forma competitiva no mercado, aproveitando as oportunidades que o próprio Pará gera”, afirma.

A atuação da FIEPA Redes vai além da tecnologia. A plataforma está inserida em uma jornada estruturada de desenvolvimento do fornecedor, que inclui etapas como

FIEPA REDES EM NÚMEROS

1.715 INDICAÇÕES

de fornecedores em 2025.

R\$ 2,5 BILHÕES

em compras públicas monitoradas (PNCP).

+ 200 COMPRADORES

ativos na plataforma.





Acesse a Plataforma
+Negócios:
<https://redesfiepa.org.br>



A Plataforma +Negócios é a prova de que tecnologia, quando aliada a uma estratégia clara, pode transformar o empresário paraense em protagonista das oportunidades que o próprio Pará gera.”

Fabio Xerfan, gerente Executivo da FIEPA Redes

cadastro, diagnóstico, capacitação, conexão e negociação. Esse modelo, considerado único no país, tem como meta capacitar pelo menos 200 empresas até o final de 2026, ampliando a participação local nas cadeias produtivas.

Com presença em todas as regiões do estado e parcerias com grandes empresas como Vale, Cargill, Heineken e Hydro, o programa conecta diferentes segmentos produtivos: indústria, fornecedores, instituições e comunidades, em uma dinâmica que favorece o desenvolvimento regional.

Para os empresários que buscam a ampliação dos negócios, os resultados são concretos. A AMME Consultoria, que atua desde 2010 na região Norte com soluções em desenvolvimento humano, segurança e saúde ocupacional, é um exemplo de como a tecnologia pode acelerar o crescimento empresarial.

Segundo Alexandre Forman, diretor comercial e de operações da empresa, a Plataforma +Negócios funciona como um verdadeiro hub de oportunidades. Ele destaca ainda o papel estratégico da curadoria realizada pela equipe da FIEPA Redes. “Existe uma triagem que avalia se a empresa está apta para atender a determinada demanda. Isso aumenta muito a assertividade e as chances reais de negócio”, destaca.

Para Forman, sem esse suporte, o caminho seria mais difícil. “Seria como navegar sozinho em um oceano de oportunidades, sem direção. A plataforma organiza esse cenário e nos conecta de forma mais eficiente ao mercado”.

Outro ponto destacado pelo empresário é a visibilidade proporcionada. “A plataforma também funciona como vitrine. As empresas podem apresentar seu portfólio,



A plataforma nos conecta de forma mais eficiente ao mercado. Sem ela, seria como navegar sozinho em um oceano de oportunidades.”

Alexandre Forman, diretor Comercial & Operação da AMME



experiência e capacidade técnica, o que facilita a construção de relações comerciais mais sólidas”.

A experiência da Usiloc reforça essa percepção. Para Rafael Carvalho, diretor executivo da empresa, a Plataforma +Negócios tem cumprido um papel fundamental ao aproximar fornecedores de grandes compradores. “Ela é, de fato, um elo entre quem compra e quem fornece. E faz isso com um nível de organização e cuidado que chama atenção. Existe um compromisso real com o desenvolvimento do fornecedor”, reforça.

Segundo o diretor, a presença no ecossistema tem ampliado não apenas a visibilidade da empresa, mas também suas oportunidades de atuação. “Conseguimos acessar grandes *players*, não só no Pará, mas também em outros estados. Isso fortalece nossa atuação e amplia nosso mercado”.

Carvalho também destaca a evolução contínua da plataforma. “É perceptível o esforço de inovação. Eles estão sempre se reinventando, o que nos dá segurança e confiança em continuar investindo nessa parceria”. ¶



Embarcação
Saúde Conectada 
SESi
COPAÍBA

Mais saúde e qualidade de vida onde a indústria está.

Soluções em saúde que aproximam cuidado e indústria

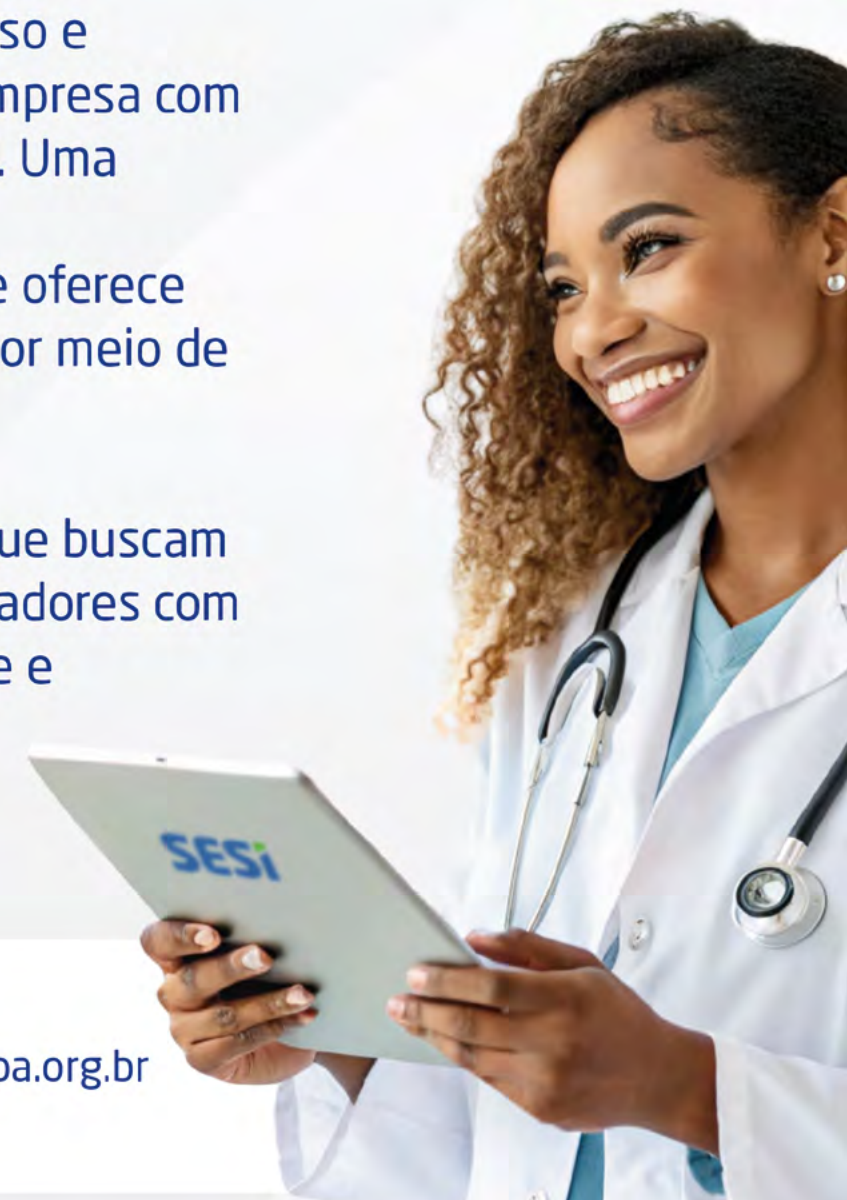
www.sesipa.org.br

SESi Serviço Social da Indústria

Leve mais saúde, acesso e inovação para a sua empresa com a embarcação do **SESi**. Uma solução moderna de **teleatendimento** que oferece atendimento médico por meio de teleconsultas.

Ideal para indústrias que buscam cuidar de seus trabalhadores com eficiência, proximidade e qualidade, onde quer que estejam.

Mais informações:
atendimento_ssi-pa@sesipa.org.br
(91) 99235-0575



Pará reforça inovação e qualificação industrial



Simuladores imersivos trazem experiência prática para a sala de aula.

Em um contexto de transformação acelerada da indústria, impulsionada pela digitalização, pela transição energética e pela busca por maior eficiência produtiva, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Pará) amplia sua atuação estratégica no estado. A instituição prepara profissionais e apoia empresas diante das novas exigências do mercado, com foco em produtividade, inovação e sustentabilidade.

A atuação do SENAI Pará se estrutura em duas frentes principais: a qualificação profissional alinhada às novas tecnologias e o apoio direto às indústrias por meio de consultorias e programas de inovação. A proposta é contribuir para que o setor produtivo paraense avance em competitividade, acompanhando tendências globais como a digitalização de processos, a redução de emissões de gases do efeito estufa e o uso mais eficiente dos recursos naturais.

Avanço da tecnologia
exige profissionais
atualizados para
trabalhar nas
indústrias.





Certificação de empresas participantes do Programa Brasil Mais Produtivo

FORMAÇÃO ACOMPANHA NOVAS TECNOLOGIAS

As mudanças nos processos industriais deixaram de ser impulsionadas apenas pela automação e passaram a incorporar, de forma crescente, tecnologias como inteligência artificial, sistemas digitais e soluções voltadas à transição energética. Para acompanhar esse cenário, o SENAI Pará tem ampliado sua oferta de cursos, contemplando desde formações iniciais até o nível técnico.

Entre as capacitações ofertadas, destacam-se o curso de Inteligência Artificial Industrial, que aborda desde fundamentos de algoritmos até aplicações em ambientes produtivos, e o de Técnico em Automação Industrial, voltado à formação de profissionais capacitados para atuar com eletrônica, instrumentação, pneumática, programação de CLPs e manutenção de sistemas automatizados.

Além disso, a instituição tem investido em formações relacionadas à sustentabilidade, como cursos nas áreas

de energia solar e biocombustíveis. Somente nos anos de 2024 e 2025, foram disponibilizadas mais de 4.700 vagas em cursos como Assistente de Gestão Ambiental, Logística Reversa, Consumo Consciente de Energia e Mantenedor de Sistemas Fotovoltaicos.

Para o gerente executivo de Educação Profissional do SENAI Pará, Davis Siqueira, a qualificação profissional passou a ter papel central na estratégia das empresas. “As tecnologias educacionais, como plataformas adaptativas e ambientes imersivos, permitem personalização e aprendizagem contínua, enquanto a inteligência artificial amplia a capacidade de análise de dados e automação de processos, preparando profissionais para funções que exigem pensamento crítico e domínio tecnológico. Nesse cenário, o futuro do trabalho será marcado pela integração entre competências humanas e digitais, exigindo qualificação constante para acompanhar inovações e garantir produtividade sustentável”.

PRODUTIVIDADE E INOVAÇÃO

Mesmo com o avanço tecnológico, o desafio da produtividade permanece presente na indústria brasileira, especialmente em estados como o Pará, onde predominam pequenas e médias empresas. Há espaço significativo para ganhos relacionados à organização de processos, eficiência operacional e adoção de ferramentas digitais.

Nesse contexto, o Programa Brasil Mais Produtivo se destaca como uma das principais iniciativas de apoio às empresas. Realizado pelo Sebrae e executado no estado pelo SENAI, o programa oferece consultorias em áreas como Manufatura Enxuta, Eficiência Energética, Smart Factory e Transformação Digital, aliadas a treinamentos para consolidação dos conhecimentos.

Segundo o gerente executivo de Tecnologia e Inovação do SENAI Pará, Léo Shinomiya, os ganhos são potencializados quando a tecnologia é acompanhada por mudanças na cultura organizacional. “Quando a indústria compreende seus gargalos, identifica o que são perdas no processo e começa a tomar decisões baseadas em dados, a tecnologia potencializa os resultados. É a combinação entre cultura de gestão e soluções tecnológicas que acelera os ganhos de produtividade. E isso precisa ser construído de maneira genuína, sustentável e progressiva”. ¶

RESULTADOS DO BRASIL MAIS PRODUTIVO NO PARÁ

+ 200
INDÚSTRIAS ATENDIDAS

+ 40%
DE GANHO MÉDIO DE PRODUTIVIDADE

- 30%
DE REDUÇÃO MÉDIA NO CONSUMO DE ENERGIA

PESQUISA APLICADA À MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL

Outro pilar da atuação do SENAI Pará é a pesquisa aplicada, desenvolvida por meio do Instituto SENAI de Inovação em Tecnologias Mineraias (ISI-TM), em Belém, que recentemente completou 10 anos criando soluções para tornar a mineração mais eficiente e sustentável. Desde 2015, o Instituto já executou 43 projetos em parceria com mais de 30 empresas, atuando em quatro frentes: tecnologias limpas e biotecnologia mineral, economia circular, transformação digital e saúde e segurança na mineração.

Entre as iniciativas em destaque estão projetos desenvolvidos em parceria com o Instituto Tecnológico Vale – Desenvolvimento Sustentável (ITV-DS). Um deles utiliza pó de basalto, resíduo da mineração, como remineralizador de solos e potencial captador de CO₂. Outro projeto emprega microrganismos para acelerar a recuperação de áreas mineradas, reduzindo significativamente o tempo necessário para a regeneração ambiental.

Para o diretor do ISI-TM, Adriano Lucheta, a atuação do Instituto está alinhada às demandas globais por uma mineração mais sustentável. “Sabemos da importância do setor mineral para a balança comercial, segurança alimentar e soberania brasileira. Por essa razão, o Instituto atua há 10 anos com a missão de apoiar a transformação da mineração para uma economia de baixo carbono, sustentável, ambientalmente e socialmente segura”.

Na prática, o SENAI Pará tem atuado em diferentes frentes – da sala de aula ao cotidiano da fábrica – para ajudar a indústria a lidar com mudanças que já estão acontecendo. O foco está em melhorar processos, incorporar tecnologia e ganhar eficiência.



Jornada de trabalho: o desafio que o Brasil precisa encarar com responsabilidade

A proposta de reduzir a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e alterar a escala 6x1 está no centro do debate público no Brasil. A discussão sobre jornada e escalas, bem como sobre descansos e pausas, sem dúvida é legítima, mas demanda análise técnica mais aprofundada sobre os impactos reais na economia, no emprego e na organização da produção. Antes de discutir a redução da jornada, é essencial considerar um fator: a produtividade. O país apresenta produtividade inferior à de diversas economias emergentes e convive há anos com estagnação nesse indicador. Hoje, ocupa a 100ª posição em ranking da OIT, entre 189 países. Em economias que operam com jornadas menores, essa redução foi viabilizada por níveis significativamente mais altos de produtividade. Países como Noruega, Bélgica e Irlanda, por exemplo, têm produtividade do trabalho de quatro a sete vezes superior à brasileira.

Nesse contexto, a discussão sobre a redução da jornada não pode ser dissociada da capacidade de produzir mais e melhor. Reduzir a jornada sem ganhos consistentes de eficiência tende a elevar o custo do trabalho, com impacto direto sobre preços, investimentos e competitividade. Para micro e pequenas empresas — responsáveis por mais da metade dos empregos formais —, isso pode significar restrição à contratação, estímulo à informalidade e, em casos extremos, encerramento de atividades.

Na prática, manter o volume de produção com menos horas exige alternativas que elevam custos, como investimento em tecnologias que poupam trabalho humano ou a utilização de horas extras e novas contratações. Sob essa perspectiva, estimativas da Confederação Nacional da Indústria (CNI) indicam que essa mudança pode elevar os gastos com empregados formais, com aumento de até R\$ 267,2 bilhões por ano na economia do país, e R\$ 87,8 bilhões só na indústria.

Além disso, a realidade brasileira é marcada por forte heterogeneidade setorial e produtiva, o que torna inadequada qualquer solução uniforme. Embora a jornada média realizada no país seja de aproximadamente 39 horas semanais — patamar já próximo da média global estimada pela OIT —, esse dado agregado oculta diferenças relevantes. Setores intensivos em capital, tecnologia e inseridos em cadeias globais, como a indústria, operam, em média, com jornadas superiores para manter escala, diluir custos e preservar competitividade internacional.

A imposição de uma redução linear da jornada desconsidera essas especificidades e tende a afetar de forma mais severa justamente os segmentos mais expostos à concorrência, com risco concreto de perda de produtividade, desorganização da produção e deslocamento de



ALEXANDRE FURLAN

PRESIDENTE DO
CONSELHO DE RELAÇÕES
DO TRABALHO DA CNI



SYLVIA LORENA

SUPERINTENDENTE
DE RELAÇÕES DO
TRABALHO DA CNI

investimentos para economias mais eficientes.

O momento exige cautela. O Brasil busca ampliar sua competitividade, mas ainda enfrenta desafios estruturais, como baixa qualificação da mão de obra e limitada incorporação de tecnologia, que dificultam ganhos mais robustos de eficiência. Discussões sobre modificações legais em jornada e escalas de trabalho devem, portanto, ser sempre acompanhadas de análise técnica de impactos e de medidas que considerem a diversidade dos setores e os efeitos sistêmicos sobre a economia.

Em países desenvolvidos, a redução da jornada ocorre, em geral, por negociação coletiva ou reorganização do tempo de trabalho, normalmente associada a ganhos de produtividade, e não por imposições legais uniformes. No Brasil, esse caminho já existe e já é utilizado. A Constituição estabelece o limite de 44 horas semanais e prevê mecanismos para sua redução, por meio da negociação coletiva. Esse é o instrumento que tem possibilitado, na prática, jornadas médias inferiores ao limite legal em diversos setores.

Melhorar as condições de trabalho dos brasileiros e brasileiras é um desafio que precisa ser enfrentado, mas exige construção gradual, com diálogo, evidências e responsabilidade, capaz de equilibrar demandas sociais com a competitividade das empresas e o crescimento econômico. Nesse contexto, a adoção de uma redução legal generalizada da jornada, sem o devido suporte em ganhos de produtividade, ambiente econômico favorável e capacidade institucional, tende a produzir efeitos adversos — comprometendo empresas, restringindo oportunidades de trabalho e gerando impactos negativos para a sociedade como um todo.

O Brasil, neste momento, não dispõe de estrutura econômica, fiscal, produtiva e institucional suficiente para sustentar uma imposição dessa natureza de forma segura, sustentável e socialmente equilibrada. ¶

Sua empresa está preparada para a nova realidade da **reforma tributária** brasileira?

As mudanças vão além dos tributos. Impactam preços, contratos, fluxo de caixa e a competitividade do seu negócio.

Por meio do **PROCEM**, o IEL é o parceiro estratégico para conduzir sua empresa nessa transição.

O programa fortalece a gestão, orienta a revisão de processos, apoia a reavaliação de contratos e prepara sua empresa para atuar com mais segurança no novo cenário.

Com o **PROCEM**, sua empresa ganha:

- Mais conformidade tributária
- Redução de riscos operacionais e financeiros
- Gestão mais estratégica e integrada
- Mais competitividade no mercado

Em um ambiente de mudanças, quem se prepara sai na frente.

Conte com o **PROCEM** para transformar desafios em oportunidades.



Entre em contato

☎ 91 4009-4741/ 99175-8927

✉ mercado@iel-pa.org.br



IEL

Mercado paraense se adapta para continuar exportando

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente internacional mais instável, com o avanço de medidas protecionistas, disputas comerciais entre grandes economias e a reorganização das cadeias globais de valor. Nesse cenário, estados exportadores como o Pará enfrentam o desafio de se adaptar às novas exigências, ao mesmo tempo em que encontram oportunidades estratégicas para ampliar sua inserção internacional.

De acordo com a gerente do Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), Cassandra Lobato, o contexto geopolítico atual exige maior capacidade de adaptação por parte das empresas brasileiras. “O avanço do protecionismo e as tensões comerciais demandam adequação a novas regras e padrões internacionais. Nesse cenário, o Acordo Mercosul-União Europeia se destaca como um instrumento estratégico, ao oferecer previsibilidade regulatória e reduzir a exposição às oscilações globais”, afirma a gerente.

Para o Pará, a conjuntura representa um equilíbrio entre desafios e oportunidades. O aumento das exigências ambientais e de rastreabi-



Produtos com identidade amazônica podem ganhar mais espaço no exterior.

lidade, especialmente por parte da União Europeia, impõe maior rigor ao acesso a mercados, mas também impulsiona a modernização produtiva e fortalece a competitividade de setores como mineração, agroindústria, carne e madeira.

TRATADO REPOSICIONA O BRASIL

O acordo entre Mercosul e União Europeia amplia significativamente o acesso do país ao mercado global, passando de 8% para 36%, e conecta dois blocos que somam cerca de 720 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US\$ 22 trilhões.

O tratado prevê a eliminação

gradual de tarifas sobre cerca de 91% dos produtos comercializados entre os blocos. Com base na Confederação Nacional da Indústria (CNI), 54,3% das exportações brasileiras terão acesso imediato ao mercado europeu com tarifa zero, enquanto o Brasil contará com prazos de até 15 anos para abertura total às importações europeias.

Em 2025, o estado exportou cerca de US\$ 4 bilhões para a União Europeia, o equivalente a aproximadamente 8% das exportações brasileiras para o bloco, consolidando-se como o quarto maior exportador nacional para esse mercado. Atualmente, o Pará exporta cerca de 850 produtos distintos para a União Europeia.



REFLEXOS DO ACORDO NAS EXPORTAÇÕES PARAENSES

Redução tarifária favorece cadeias produtivas minerais (alumínio e ferro-níquel), soja e produtos agroindustriais.

Diversificação da pauta exportadora do estado amplia competitividade no mercado global.

Menores tarifas para máquinas e equipamentos europeus impulsionam a modernização da indústria local, com ganhos em produtividade e inovação.

OPORTUNIDADES NO PARÁ

Em meio a essas transformações, a avaliação é de que o Pará possui condições favoráveis para ampliar sua presença no comércio global. Para apoiar as exportações nesse cenário mais complexo e competitivo, o CIN tem ampliado o suporte às empresas locais, com capacitações em comércio exterior, ações de promoção comercial e defesa de interesses no mercado internacional. O objetivo é preparar a indústria paraense para atuar com mais competitividade, inovação e alinhamento às exigências globais.

Entre os serviços oferecidos está a emissão do Certificado de Origem Digital (COD), documento que permite às empresas acessar benefícios tarifários previstos em acordos comerciais, como o firmado entre Mercosul e União Europeia. A capacidade de antecipação e resposta às novas exigências internacionais será determinante para transformar a abertura comercial em desenvolvimento econômico sustentável, geração de empregos e consolidação do Pará como um dos principais polos exportadores do país.

SUSTENTABILIDADE É REQUISITO

Cassandra avalia que exigências ambientais e de governança (ESG) devem redefinir o padrão competitivo das exportações paraenses. “A União Europeia é um mercado altamente rigoroso em critérios socioambientais. Isso exige que os produtos paraenses adotem rastreabilidade completa e boas práticas ambientais. Por outro lado, empresas que investem em sustentabilidade conseguem acessar nichos de maior valor agregado e fortalecer sua imagem no exterior”, aponta.

Esse cenário é especialmente relevante para produtos com identidade amazônica, como o cacau e seus derivados, que ganham espaço em mercados premium ao aliar qualidade, origem e responsabilidade ambiental.

EMPRESAS BUSCAM EXPANSÃO

Na prática, empreendedores paraenses já vivenciam os efeitos das mudanças no cenário global. A Xingu Fruit, que atua no segmento de frutas e derivados, exporta para 27 países e tem no mercado externo cerca de 40% de seu faturamento.

Segundo a gerente de exportação

da empresa, Suany Gomes, as recentes oscilações, especialmente a imposição de tarifas pelos Estados Unidos, impactaram diretamente os negócios. “As tarifas foram implementadas justamente no período mais importante para a empresa, que é a safra. Muitos clientes reduziram pedidos ou evitaram formar estoques, o que resultou em queda no volume exportado, especialmente para os Estados Unidos”, relata.

Apesar dos desafios, o acordo Mercosul-União Europeia é visto como uma oportunidade de expansão. A empresa já exporta para nove países do bloco e pretende ampliar sua presença, especialmente considerando que as principais feiras globais do setor de alimentos e bebidas ocorrem na Europa.

O setor florestal, especialmente de madeira processada, também enfrenta desafios. A necessidade de atender a critérios rigorosos de sustentabilidade e rastreabilidade pode representar uma barreira inicial, mas também abre espaço para reposicionamento em mercados mais exigentes. Uma das estratégias tem sido participação em feiras europeias, como a Feira Carrefour International du Bois, para ampliar mercados e apresentar boas práticas desenvolvidas no Pará. ¶

Indústria debate papel da Amazônia na economia



O protagonismo recente do Pará no cenário internacional representou uma virada de chave para o estado e para a Amazônia. Nesse novo patamar de visibilidade, o desafio é transformar reconhecimento em resultados. A transição para uma economia sustentável se impõe como uma agenda estratégica, essencial para ampliar a competitividade, atrair investimentos e gerar impactos positivos duradouros na vida da população.

É com esse olhar de futuro que o Congresso Técnico da Feira da Indústria do Pará (FIPA) chega à 2ª edição. Com o tema “Amazônia: raiz do futuro”, o evento reforça o papel central da região na construção de uma nova economia, mais sustentável, inovadora e integrada aos desafios globais.

Mais do que acompanhar tendências, o congresso se propõe a antecipar caminhos. A programação reúne especialistas, lideranças empresariais e represen-

tantes institucionais para debater temas como competitividade, reforma tributária, transição energética, petróleo e gás, bioeconomia, economia circular e inovação.

Estruturado em quatro eixos - Competitividade e Inovação, Transição Energética, Bioeconomia e Inclusão, e Transformação Social - o congresso direciona as discussões para agendas prioritárias, capazes de impulsionar uma indústria mais resiliente e alinhada às novas demandas do mercado.

“O Pará não será apenas parte dessa transformação. Ele será protagonista de um novo modelo de desenvolvimento, que cresce com a Amazônia, e não à custa dela. Nesse contexto, em sua segunda edição, o congresso se consolida como o principal encontro da indústria da Amazônia brasileira”, afirma Thayana Araújo, coordenadora executiva do congresso.

Além do debate técnico, o evento também cumpre um papel formador e inspirador. Ao promover o

encontro entre profissionais, estudantes e empresas, fortalece o ecossistema industrial, estimula o surgimento de novas lideranças e amplia o diálogo entre diferentes atores.

Nesta edição, os organizadores elevam o nível do conteúdo ao estruturar linhas temáticas alinhadas aos grandes desafios globais e ao posicionar a indústria amazônica como protagonista do debate. “O Congresso Técnico da Indústria está evoluindo e se tornando uma plataforma estratégica de conexão entre conhecimento, inovação e negócios. Mais do que acompanhar as mudanças, queremos liderá-las a partir daqui”, comenta Marcella Novaes, coordenadora geral do congresso.

A expectativa é reunir cerca de 1.500 participantes ao longo de dois dias, reafirmando o congresso como parte essencial da maior vitrine industrial da região. Integrado à FIPA, o evento potencializa oportunidades e posiciona o Pará como um polo estratégico para investimentos e soluções sustentáveis. ¶



Integração entre indústria + comunidade + sustentabilidade

○ **Programa +Social**, da FIEPA REDES, desenvolve soluções completas para desafios socioambientais, atuando em projetos de instalação, expansão e operação de empreendimentos.

Com foco na mitigação de condicionantes, promovemos iniciativas que integram **desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade**, fortalecendo comunidades e gerando valor para todos os envolvidos.

Conheça todas as vantagens do **Programa +Social**:

☎ 91 99172-0436

🌐 fieparedes | 🌐 www.fieparedes.org.br

FIEPA REDES



Inteligência de dados fortalece a indústria



Equipe do Observatório da Indústria do Pará.

Ao completar dois anos de atuação em maio deste ano, o Observatório da Indústria da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) se firma como uma das principais iniciativas de inteligência aplicada ao desenvolvimento industrial no estado. Nesse período, a entidade consolidou uma matriz robusta de análise de dados voltada às cadeias produtivas paraenses, com foco em subsidiar decisões estratégicas no ambiente corporativo e institucional.

Desde o início das atividades, o Observatório adotou um modelo orientado por evidências quantita-

tivas, aliado à uma gestão ágil e à implementação de infraestrutura tecnológica própria. Essa base permitiu a construção de soluções analíticas voltadas ao fortalecimento da indústria regional, além de garantir um fluxo contínuo de dados para apoiar o planejamento interno das entidades que compõem o Sistema FIEPA, como SESI, SENAI, IEL, Núcleo de Desenvolvimento Sindical, FIEPA Redes e Centro Internacional de Negócios.

A materialização desse ecossistema de inteligência ocorre por meio de plataformas interativas de Business Intelligence (BI), capazes de processar grandes volumes de

dados e transformá-los em informações estratégicas. Entre os principais produtos desenvolvidos, destaca-se o “Perfil da Indústria”, ferramenta que monitora variáveis socioeconômicas do setor produtivo e permite análises detalhadas do mercado de trabalho, incluindo segmentações por faixa etária, gênero e nível de escolaridade.

Outro destaque é o “Perfil da Construção Civil”, que atua como um termômetro do setor ao mapear estabelecimentos ativos e acompanhar a dinâmica do emprego. Os dados são apresentados em visualizações gráficas que servem de base para decisões de investimento



e estratégias de expansão por parte da iniciativa privada.

Além das plataformas digitais, o Observatório transforma dados em conhecimento aplicado por meio de publicações periódicas e relatórios analíticos. O boletim “Pará em Números”, por exemplo, monitora periodicamente o emprego formal e o desempenho econômico da indústria, contribuindo para a construção de uma série histórica que permite a análise dos ciclos econômicos locais.

A atuação da iniciativa também abrange estudos de impacto e análises conjunturais. Um exemplo é o levantamento sobre os efeitos da taxação dos Estados Unidos, desen-

volvido em parceria com o Centro Internacional de Negócios da FIEPA, que avaliou os impactos de barreiras comerciais sobre as exportações paraenses e a balança comercial do estado.

Temas transversais também integram a agenda do Observatório. O estudo “Mulheres na Economia Paraense” analisou as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, oferecendo subsídios para a formulação de políticas corporativas mais inclusivas.

No campo da prospecção, a instituição avançou na análise de tendências de longo prazo. O Painel de Especialistas da Construção

Civil, por exemplo, utilizou metodologias prospectivas para mapear inovações tecnológicas e estimar a difusão de novos materiais e processos de automação nos próximos cinco a dez anos, comparando essas projeções com a capacidade instalada atual do setor.

A evolução técnica do Observatório também se reflete em estudos mais complexos, como o Projeto de Mapeamento da Cadeia de Valor de Alimentos e Bebidas, atualmente em execução. A iniciativa analisa cadeias estratégicas como cacau, açaí, mandioca, dendê e carne, identificando gargalos produtivos e oportunidades de agregação de valor à pauta exportadora do Pará.

Para o gerente do Observatório da Indústria da FIEPA, Felipe Freitas, a trajetória da iniciativa reforça seu papel estratégico no desenvolvimento regional. “Ao longo desses dois anos, o Observatório se consolidou como um instrumento essencial de inteligência para a indústria paraense, transformando dados em informações qualificadas que apoiam decisões empresariais e institucionais. Nosso compromisso é continuar ampliando essa base analítica, contribuindo para uma indústria mais competitiva, inovadora e orientada por evidências”, destaca.

Com um acervo crescente de estudos, indicadores e análises, o Observatório da Indústria demonstra, em seu primeiro biênio, a consolidação de um modelo de inteligência que conecta dados, estratégia e desenvolvimento. A iniciativa fortalece não apenas o planejamento do Sistema FIEPA, mas também a capacidade da indústria e do poder público de responder aos desafios e oportunidades da economia paraense com base em informações confiáveis e estruturadas.¶

Fomento à inovação eleva competitividade das indústrias



Na MLX
Uniformes, a
inovação foca
na produção
sustentável e
com qualidade.



A primeira coisa que vem à mente quando se pensa em inovação é a descoberta de algo inédito. No entanto, na rotina das empresas, inovação tem um significado mais amplo: envolve não apenas desenvolver novos produtos, mas também ganhos de eficiência, digitalização e adoção de tecnologias.

No caso das indústrias, a inovação se torna um diferencial competitivo importante, pois quem consegue melhorar seus produtos e processos mais rapidamente pode conquistar novos espaços no mercado. Inovar, porém, exige apoio, recursos

financeiros e projetos consistentes, capazes de transformar processos produtivos e ampliar as possibilidades de negócio.

Especialmente na região Norte, esse avanço depende de financiamento adequado e de orientação técnica, fatores que ainda representam obstáculos para parte das empresas da região.

Segundo Cassandra Lobato, gestora do Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC) da FIEPA, há entraves recorrentes. “As empresas paraenses enfrentam desafios como a burocracia, a dificuldade na organização de documentação técnico-finan-

ceira e o descompasso informacional em relação às linhas de crédito e instrumentos de fomento à inovação”, afirma.

A distância dos grandes centros financeiros e a limitação no relacionamento com instituições também impactam o acesso a soluções mais adequadas. Ao mesmo tempo, a necessidade de investir em inovação continua crescente. “Inovar exige recursos, e o acesso ao crédito possibilita que as empresas invistam em novos processos, tecnologias e ampliem sua competitividade”, resume Cassandra.

OPÇÕES DE FOMENTO

Apesar dos desafios, o ambiente de fomento no país oferece uma variedade de instrumentos. A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), agência pública que financia a inovação, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, concentram parte relevante dessas iniciativas, com linhas que combinam crédito, subvenção econômica e apoio técnico.

Na Finep, há chamadas públicas de subvenção econômica que somam R\$ 3 bilhões em recursos não reembolsáveis, com reservas específicas para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, programas como o Inovacred oferecem crédito com condições diferenciadas, especialmente para

micro e pequenas empresas, com apoio de fundos garantidores.

Para Rodrigo de Lima, gerente do Departamento Regional Norte da Finep, a inovação é uma condição de permanência no mercado. “Empresas que não buscam o aprimoramento contínuo correm o risco de perder competitividade”, afirma.

O BNDES atua de forma complementar, com instrumentos que atendem desde a fase inicial até a expansão de projetos inovadores. Entre as opções estão linhas de crédito para digitalização, apoio à indústria 4.0, implantação de centros de pesquisa e financiamento a projetos ligados à sustentabilidade e bioeconomia - áreas com forte aderência ao perfil produtivo da Região Norte.

O banco também opera por meio de instituições financeiras credenciadas, o que amplia o alcance para micro, pequenas e médias empresas, além de contar com fundos garantidores que facilitam o acesso ao crédito.

Para João Paulo Pieroni, superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do BNDES, a inovação tem papel estratégico na região. “Ela permite agregar valor à produção, aumentar a produtividade e ampliar a inserção em cadeias mais sofisticadas”, afirma. Segundo ele, setores como bioeconomia, agropecuária, mineração e logística apresentam potencial relevante para projetos inovadores no Pará.

ACESSO AO CRÉDITO

Se as oportunidades existem, o acesso ainda passa por um ponto central: a estruturação adequada dos projetos. É nesse contexto que atua o FIEPA NAC, oferecendo orientação gratuita às empresas.

O NAC funciona como intermediador entre o setor produtivo e as instituições financeiras, apoiando desde o diagnóstico inicial até o acompanhamento das propostas. O atendimento inclui orientação sobre linhas de crédito, apoio na elaboração de projetos e articulação com parceiros especializados.

“O acesso é simples e gratuito: a empresa entra em con-

tato com o FIEPA NAC, passa por um diagnóstico para entendermos as necessidades e perfil, e recebe encaminhamento técnico, com apoio na preparação de documentos e acompanhamento junto às instituições financeiras”, explica Cassandra Lobato.

Além do crédito, o NAC atua na disseminação de informações e na conexão com o ecossistema de inovação, incluindo iniciativas voltadas à transformação digital, sustentabilidade e internacionalização.

AMLX Uniformes, indústria paraense com mais de 30 anos de atuação, é uma das empresas que buscou o apoio do NAC



A inovação é fundamental para aumentar a eficiência e reduzir custos. A adoção de tecnologias digitais, automação e soluções de gestão pode elevar a competitividade frente a concorrentes nacionais e internacionais.”

João Paulo Pieroni, superintendente da Área de Desenvolvimento Produtivo e Inovação do BNDES



Empresa de
confeção
transforma resíduos
em novas peças.



para estruturar sua estratégia de inovação, com foco em sustentabilidade e modernização produtiva. “Encontramos no Núcleo um parceiro estratégico fundamental. Os resultados têm sido muito positivos, principalmente no direcionamento das iniciativas e na maturidade dos projetos que estamos construindo”, afirma Priscilla Vieira, diretora e sócia da empresa.

Especializada na produção de uniformes profissionais para mineração, indústria, construção civil, saúde e serviços, a MLX Uniformes tem capacidade produtiva superior a 20 mil peças por mês.

Entre as iniciativas de inovação em desenvolvimento estão projetos de reaproveitamento de resíduos têxteis e a implementação de melhorias nos processos produtivos, além da adoção de padrões internacionais de qualidade.

Para a diretora da empresa, o acesso ao fomento vai além do investimento financeiro. “Inovação não é apenas uma estratégia de negócio, mas também um compromisso com impacto, seja na sustentabilidade, na geração de empregos ou na valorização da indústria paraense. O acesso a esses recursos permite acelerar projetos e conectar a empresa a um ecossistema mais robusto de inovação”, explica Priscilla Vieira. ¶

COMO ACESSAR INSTITUIÇÕES DE FOMENTO

Empresas interessadas em captar recursos para inovação podem recorrer diretamente às instituições de fomento ou buscar intermediação especializada. Na Finep, o primeiro passo é consultar as oportunidades disponíveis no site oficial (www.finep.gov.br), onde estão reunidas as chamadas públicas e linhas de financiamento. No Pará, também é possível contar com atendimento presencial no Escritório Regional Norte, localizado no Parque de Ciência e Tecnologia Guamá (PCT Guamá), que orienta as empresas sobre os caminhos mais adequados.

No caso do BNDES, o acesso pode ocorrer por duas vias. Nas operações indiretas, a empresa deve procurar uma instituição financeira credenciada, responsável por intermediar o crédito. O Canal MPME do BNDES reúne opções de parceiros e permite comparar condições e soluções conforme o perfil do negócio. Já nas operações diretas, o processo é feito pelo Portal do Cliente do BNDES, com cadastro online e orientações sobre as etapas e a documentação necessária. Informações gerais sobre linhas de financiamento também estão disponíveis no site do banco (www.bndes.gov.br).

Já o NAC/Fiepa está disponível por meio dos telefones (91) 99186-3104 e (91) 4009-4996 ou do e-mail secretaria.cin@fiepa.org.br.

Núcleo da FIEPA apresenta resultados positivos

Inauguração do espaço físico do Núcleo de Desenvolvimento Sindical, em Belém.



Criado com o objetivo de fortalecer o associativismo e ampliar a atuação dos sindicatos industriais no Pará, o Núcleo de Desenvolvimento Sindical da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) acumulou resultados expressivos ao longo do último ano, consolidando-se como um impor-

tante elo entre a FIEPA e suas entidades filiadas.

A iniciativa surgiu em um contexto de transformação do sistema sindical brasileiro, especialmente após os impactos da reforma trabalhista, e alinhada a um movimento nacional de fortalecimento das entidades representativas. Desde então, o núcleo trabalha na aproximação

com os sindicatos, na centralização de demandas e na oferta de soluções estratégicas.

Para a coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento Sindical, Eduarda Norat, o principal avanço está na aproximação com as entidades. “Hoje conseguimos estar mais presentes no dia a dia dos sindicatos, entender suas demandas



Ainda há muito a fazer, mas já conseguimos ver, na prática e nos números, que estamos avançando e fortalecendo a base do sistema sindical.”

Eduarda Norat,
coordenadora do Núcleo
de Desenvolvimento
Sindical da FIEPA.

e oferecer soluções mais assertivas. Esse contato direto tem feito toda a diferença nos resultados que estamos alcançando”, destaca.

Entre as principais entregas, está a oferta de assessoria jurídica gratuita especializada em direito sindical, apoiando as entidades em processos como registro, atualização e regularização. A iniciativa contribui para dar mais segurança e suporte técnico aos sindicatos.

Outro destaque é o crescimento expressivo das contribuições sindicais. Em comparação ao ano anterior, o núcleo registrou mais que o dobro tanto no valor arrecadado quanto no número de contribuições, refletindo maior engajamento e fortalecimento das entidades.

No campo dos projetos, o núcleo também avançou com a realização de duas edições do Vitrine da Indústria. A iniciativa ganhou destaque e já tem nova edição prevista para este ano. “O evento foi um marco importante. Tivemos uma adesão muito positiva, e o interesse por novas edições mostra o quanto o projeto con-

seguiu engajar os sindicatos e dar visibilidade às suas iniciativas”, resalta Eduarda Norat.

Outro avanço foi a ampliação da representatividade, com a aprovação de novas filiações, como a do sindicato do setor de trigo, fortalecendo ainda mais a base da Federação. Além disso, o núcleo incentiva a participação ativa das entidades em eventos estratégicos, como a Feira da Indústria do Pará (FIPA) e o Congresso Técnico, ampliando a visibilidade e o protagonismo dos sindicatos.

Entre as iniciativas em andamento, está o desenvolvimento de um sistema de gestão sindical, em parceria com o Observatório da Indústria. O projeto já avançou para a segunda fase e deve ser concluído até o final do ano, oferecendo uma ferramenta moderna e personalizada às entidades.

Outra frente estratégica é o projeto Conexão Sindical, desenvolvido em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), que prevê visitas técnicas aos sindicatos para identi-

ficar demandas, fortalecer vínculos e ampliar o acesso a serviços.

O núcleo também atua em parceria com o Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC) da FIEPA, promovendo reuniões com empresas sindicalizadas para facilitar a aproximação com instituições financeiras, especialmente em setores ligados à exportação.

Como parte dessas conquistas, está também a entrega do novo espaço físico do Núcleo de Desenvolvimento Sindical, na sede da FIEPA, em Belém. O ambiente conta com 14 salas destinadas aos sindicatos, além de áreas de uso comum, como recepção, copa, sala de reunião e espaço de coworking, oferecendo mais estrutura e estimulando a presença das entidades.

“A gente já percebe o impacto desse espaço no dia a dia. Os sindicatos estão mais presentes, utilizam o ambiente para reuniões e atividades e se sentem mais integrados à Federação. Ver esse movimento acontecendo é muito significativo para nós”, destaca a coordenadora do Núcleo. ■

Resíduos de açaí e madeira se transformam em móveis para escolas



Parceria produzirá mesas e carteiras escolares a partir de caroços de açaí.

Na cadeia produtiva do açaí, somente 15% do volume do fruto vira alimento, enquanto os outros 85% se transformam em resíduo, frequentemente descartado de forma irregular. Estima-se que, somente no Pará, mais de 1,2 milhão de toneladas desses materiais sejam gerados anualmente, o que representa um desafio ambiental significativo, sobretudo em áreas urbanas, onde o acúmulo inadequado pode causar entupimento de bueiros, poluição de rios e igarapés e impactos diretos na qualidade de vida da população.

Já na indústria de móveis e marcenaria, a produção também deixa resíduos vegetais que precisam de destinação adequada para não se transformarem em problemas ambientais – algo que gera custos e esforço para as empresas.

Pensando em reutilizar as toneladas de resíduos descartados da cadeia do açaí e da marcenaria, a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), juntamente com a Secretaria de Estado de Educação do

Pará (SEDUC-PA), o Instituto Bem da Amazônia, o Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado do Pará (Sindmóveis) e o Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará (Sindfrutas), elaborou o Projeto de Economia Circular: Reforma e Valorização de Mobiliário Escolar. A iniciativa está em fase de alinhamentos, fechamento de parcerias e avaliação de protótipos de móveis. A próxima etapa será a gestão das demandas e elaboração do contrato ou termo para execução da ação de reforma, manutenção ou repaginação dos mobiliários.

Calcula-se que existam mais de 50 mil itens de mobiliário escolar em galpões e centros educacionais aguardando destinação. Este projeto aproveita cadeiras e mesas em desuso para a reformulação de móveis da rede estadual de ensino. Em uma cooperação sindical, a iniciativa integra o setor produtivo de beneficiamento de frutas, moveleiro e madeireiro do estado, contribuindo para a sustentabilidade, a responsabilidade social e a eficiência no gasto público.



Aquilo que ia para o lixo passa a servir como um material de valor agregado. A gente constrói cadeiras, mesas e outros móveis a partir desse resíduo que sai da indústria do açaí.”

Denise Martins, presidente do Sindfrutas

DA SEMENTE AO MOBILIÁRIO

O reaproveitamento do resíduo do açaí passa por etapas que envolvem a separação e o tratamento das frações do fruto, especialmente do caroço, que representa a maior parte do volume descartado. Após a coleta, o resíduo é submetido a processos de separação e secagem, permitindo a extração de fibras que se tornam a principal matéria-prima para aplicações industriais. No Projeto de Economia Circular, esse material processado é direcionado para a indústria moveleira, onde passa a integrar a fabricação de peças e componentes para mobiliários escolares.

“Algo que ia para o lixo voltar a ser matéria-prima para construir carteiras escolares é fantástico. Quando as indústrias de açaí deixam de ter esse resíduo como lixo e passam a ter ele como um produto, acabamos fortalecendo essa indústria”, destaca Denise Martins, presidente do Sindfrutas.

Além da aplicação na indústria moveleira, o resíduo do açaí também tem sido aproveitado como biomassa para geração de energia, ampliando ainda mais seu potencial de reaproveitamento. Essa alternativa já vem sendo adotada por grandes empresas, contribuindo para a redução de impactos ambientais e para a diversificação do uso desse recurso.¶

RESÍDUOS GANHAM VALOR

O setor de base florestal, onde está inserida a cadeia produtiva da movelaria, focou no reaproveitamento de resíduos provenientes das indústrias madeireiras. A produção de mobiliário escolar é uma das soluções para destinar esse material a uma produção em larga escala, promovendo um importante ciclo econômico e sustentável para toda a cadeia de valor.

Nas escolas, os móveis de qualidade promovem melhorias na vivência dos estudantes. “O mobiliário tem um papel fundamental na composição do ambiente, seja para o conforto, comodidade, adaptabilidade e bem-estar dos alunos”, explica Marcos Martins, presidente do Sindmóveis.

A iniciativa também contribui para a formação de uma consciência ambiental entre os estudantes, ao inserir no cotidiano escolar produtos originados a partir do reaproveitamento de resíduos.

Do ponto de vista ambiental, o projeto contribui para a redução do descarte inadequado de resíduos sólidos e para a valorização da madeira de manejo sustentável da Amazônia, além de favorecer a retenção de carbono nos móveis reformados. No campo econômico, o custo de reforma é significativamente inferior à aquisição de mobiliário novo, ao mesmo tempo em que estimula a economia local e fortalece a verticalização da cadeia produtiva da madeira. Já no aspecto social, a proposta impulsiona a geração de emprego e renda para as marcenarias locais, além de ampliar oportunidades de capacitação para pessoas em situação de vulnerabilidade.



Na reforma ou repaginação, será possível melhorar as possibilidades de uso para condições específicas, como pessoas canhotas, com deficiência, nanismo, entre outras.”

Marcos Martins, presidente do Sindmóveis

Pará é estratégico para a transição energética

Você já ouviu falar de nomes como lantânio, cério, európio e térbio? Eles parecem personagens de uma saga fantástica, mas na verdade são alguns dos 17 elementos químicos que formam o grupo das chamadas terras raras. Apesar do nome, não são tão raros assim: estão presentes em diversos pontos do planeta, mas em baixas concentrações, o que torna sua extração e beneficiamento complexos e caros.

Esses minerais são fundamentais para o mundo moderno: estão nos ímãs permanentes que movem turbinas eólicas, nas baterias de veículos elétricos, nos celulares que usamos todos os dias e até em equipamentos militares de alta tecnologia.

O Brasil é apontado como detentor da segunda maior reserva mundial de terras raras, atrás apenas da China. Dentro desse cenário, o Pará desponta como protagonista, com 12 processos de pesquisa em andamento para possíveis empreendimentos de mineração desses elementos.

O BRASIL E O MERCADO GLOBAL

Para Julio Nery, diretor de assuntos minerários do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), essa posição coloca o nosso país em uma posição estratégica no mer-



Julio Nery, diretor de assuntos minerários do IBRAM.

cado global. “O Brasil tem, neste momento, como positivo, a janela de oportunidade, devido a outros países e ao bloco europeu estarem em busca de parceiros para desenvolver opções de fornecimento”, afirma Nery.

Ele reforça que a liderança chinesa é fruto de um trabalho de longo prazo e que o Brasil precisa aproveitar o momento para se tornar um participante importante nesse mercado.

O Pará concentra uma dezena de processos de pesquisa e já é reconhecido por seu potencial mineral - inclusive em terras raras. Nery destaca que é necessário ampliar o mapeamento geológico de base para revelar ainda mais esse potencial. Além desses ele-

mentos, o estado também é estratégico em cobre, níquel, titânio e alumínio, todos essenciais para a transição energética.

POLÍTICAS E DESAFIOS

O avanço depende de marcos regulatórios. O Projeto de Lei 2780/2024, em tramitação na Câmara dos Deputados, busca criar uma política nacional para minerais estratégicos, fomentando produção e agregando valor. “Esse projeto traz ferramentas para fomentar a produção, criando condições para o avanço, que sempre deve ser estudado de forma a garantir a rentabilidade da operação”, explica Nery.

Entre os riscos, ele aponta a



Lucy Chemale, do Serviço Geológico do Brasil (SGB)

necessidade de estabilidade jurídica e tributária, além de mecanismos de financiamento e apoio à Agência Nacional de Mineração e aos institutos de pesquisa. “Também deve ser vista a necessidade de criação de mecanismos de financiamento para esses projetos e de apoio tanto à ANM quanto aos institutos de pesquisa, para que possam desenvolver com eficácia seus trabalhos”, afirma o diretor de assuntos mineiros do IBRAM.

PANORAMA DA PESQUISA

Segundo Lucy Chemale, coordenadora do Projeto Terras Raras do Serviço Geológico do Brasil (SGB),

apesar de o Pará possuir atualmente 12 processos em fase de pesquisa, “o estado ainda não tem reserva reconhecida”. Dados do Sistema de Informação Geográfica da Mineração (SIGMINE), da Agência Nacional de Mineração (ANM), apontam que apenas seis áreas estão na fase de autorização de pesquisa.

A pesquisadora explica que as mineralizações de terras raras podem ocorrer associadas a outros bens minerais, como titânio, cassiterita e fosfato. “No estado há diversas áreas requeridas para esses minerais, que podem ter mineralizações de elementos terras raras (ETR) associadas”, afirma.

As mineralizações aparecem em diferentes contextos geoló-

CONHEÇA OS 17 ELEMENTOS TERRAS RARAS E SUAS PRINCIPAIS APLICAÇÕES NA INDÚSTRIA

Lantânio (La) — baterias recarregáveis (NiMH), lentes ópticas, catalisadores

Cério (Ce) — catalisadores automotivos, polimento de vidro, aditivos em combustíveis

Praseodímio (Pr) — ímãs permanentes, ligas metálicas, motores elétricos

Neodímio (Nd) — ímãs superpotentes (usados em turbinas eólicas, fones, HDs)

Promécio (Pm) — fontes nucleares de energia (uso limitado, radioativo)

Samário (Sm) — ímãs (SmCo), reatores nucleares, lasers

Európio (Eu) — fósforos para telas (LED, TV), marcação antifalsificação

Gadolínio (Gd) — contraste para ressonância magnética, materiais magnéticos

Térbio (Tb) — fósforos verdes em telas, ímãs e ligas especiais

Disprósio (Dy) — ímãs resistentes a altas temperaturas (veículos elétricos)

Hólmio (Ho) — lasers médicos, aplicações magnéticas

Érbio (Er) — fibras ópticas, amplificadores de sinal, lasers

Túlio (Tm) — equipamentos portáteis de raio-X, lasers

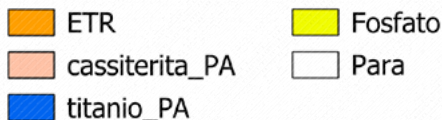
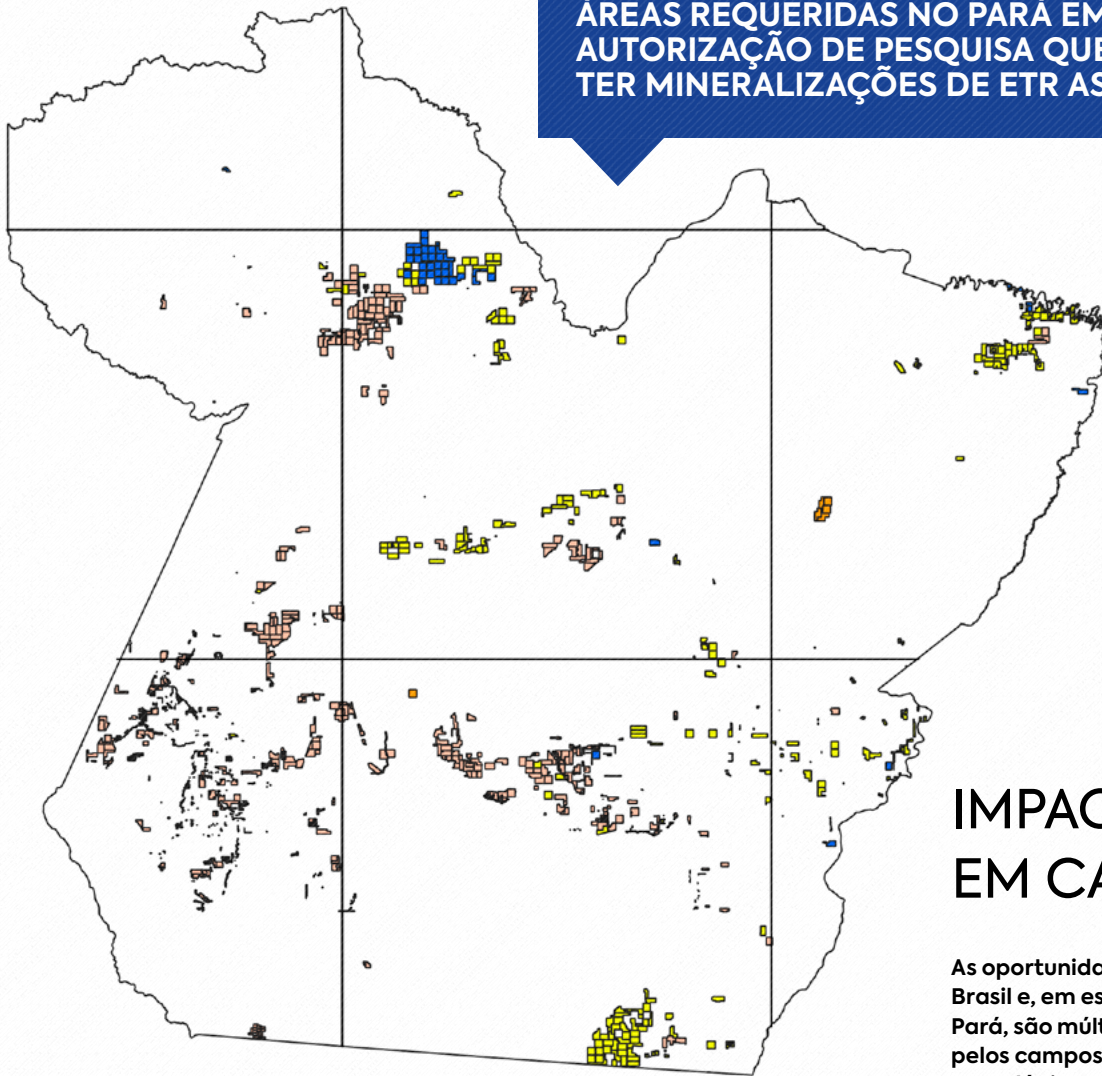
Itérbio (Yb) — lasers industriais, sensores, ligas metálicas

Lutécio (Lu) — detectores em PET scan, catalisadores

Escândio (Sc) — ligas de alumínio (aeronáutica), células de combustível

Ítrio (Y) — LEDs, lasers, cerâmicas avançadas, supercondutores

ÁREAS REQUERIDAS NO PARÁ EM FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA QUE PODEM TER MINERALIZAÇÕES DE ETR ASSOCIADAS



IMPACTO EM CADEIA

As oportunidades para o Brasil e, em especial, para o Pará, são múltiplas e passam pelos campos econômico, tecnológico, ambiental e social. Fábio Xerfan, gerente executivo da iniciativa FIEPA Redes, explica que novos empreendimentos de mineração movimentam uma grande cadeia produtiva, que impulsiona o desenvolvimento socioeconômico do entorno. “Quando um projeto chega, ele não traz apenas a operação de mina. Ele movimenta toda uma cadeia: transporte, serviços, manutenção, fornecedores de equipamentos, empresas de tecnologia, alimentação, alojamento, entre outros. Se houver foco em contratar empresas locais e desenvolver fornecedores da região, o impacto positivo se multiplica”, destaca.

gicos, exigindo estudos detalhados para confirmar depósitos. Os principais minerais de terras raras identificados no Pará são monazita, xenotima e bastnaesita. Apenas pesquisas aprofundadas poderão revelar o real potencial dessas ocorrências.

CAMINHO ATÉ A MINERAÇÃO

Após a fase de pesquisa, o processo de viabilização da mineração é longo e complexo. “É necessário identificar a rota tecnológica para

extração dos ETR, definir o processo de beneficiamento e o processamento para concentração dos elementos, seguido de tratamento e refino, com separação e produção de óxidos e metais”, explica Chemale.

A pesquisadora aponta dois grandes desafios para o avanço da exploração na região amazônica: o desenvolvimento da cadeia produtiva de ETR, considerado um gargalo nos países ocidentais, e a infraestrutura e logística, já que a mineração depende de energia, água e transporte eficiente, que são pontos críticos na Amazônia. ¶

Licenciamento ambiental: menos ruído, mais resultado

Aprovação da nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental é, antes de tudo, uma resposta a um problema crônico do Brasil: a insegurança jurídica. Por anos, empreender no país, especialmente em setores ligados ao uso de recursos naturais, significou navegar em um labirinto de normas sobrepostas, interpretações divergentes e processos que, muitas vezes, se arrastavam sem previsibilidade.

É preciso ser direto: esse modelo não servia bem nem ao meio ambiente, nem ao desenvolvimento econômico.

A ausência de um marco legal único gerava distorções evidentes. Projetos de baixo impacto enfrentavam o mesmo nível de exigência que empreendimentos mais complexos. Processos eram judicializados por falta de clareza normativa. E o tempo se tornava um fator de alto risco.

A nova lei corrige parte desse cenário ao estabelecer diretrizes nacionais mais claras. Não resolve tudo, mas coloca ordem na casa. E isso, por si só, já é um avanço relevante.

Há quem tente reduzir o debate a uma falsa dicotomia entre “proteger o meio ambiente” e “liberar geral para produzir”. Esse tipo de argumento simplifica um tema complexo e não ajuda a evoluir nesse aspecto. O que o Brasil precisa é equilíbrio: regras firmes, mas proporcionais; controle ambiental, mas com racionalidade.

No setor florestal, por exemplo, especialmente na Amazônia, não é raro encontrar operações manejadas de forma sustentável, com planos aprovados e monitoramento técnico, que ainda assim enfrentam, ano após ano, entraves burocráticos e insegurança quanto à validade de licenças ou exigências adicionais. Isso desestimula quem quer fazer o certo e não contribui com o combate à informalidade.

Com regras mais claras e padronizadas, o manejo florestal sustentável, que deveria ser parte da solução para manter a floresta em pé, tende a ganhar competitividade frente a atividades predatórias.

Outro exemplo está na indústria de base na mineração. Empreendimentos estruturantes, capazes de gerar emprego e renda, muitas vezes enfrentam anos de incerteza até a obtenção de licenças. Nesse intervalo, projetos são redimensionados, investimentos são adiados ou até cancelados. Com maior previsibilidade, o país se torna mais atrativo para investimentos que, cada vez mais, já nascem com compromissos ambientais mais robustos.

Mas é importante deixar claro: a nova lei não reduz a responsabilidade dos empreendedores. Pelo contrário, ela exige mais maturidade.



DERYCK MARTINS

PRESIDENTE DO CONSELHO TEMÁTICO DE MEIO AMBIENTE DA FIEPA

Em um ambiente com maior clareza regulatória, não há mais espaço para o argumento da “falta de regra” ou da “interpretação ambígua”. O cumprimento das condicionantes ambientais, a mitigação de impactos e a transparência nas operações passam a ser ainda mais centrais.

É nesse contexto que ferramentas como rastreabilidade e certificações ambientais voluntárias ganham protagonismo. Nas atividades rurais, por exemplo, sistemas que permitem acompanhar a origem dos produtos, desde o campo até o artigo final, deixam de ser apenas um diferencial e passam a ser praticamente um requisito de mercado. Certificações reconhecidas internacionalmente agregam valor, abrem portas para exportação e funcionam como uma camada adicional de credibilidade.

A lei estabelece diretrizes gerais, mas a sua efetividade dependerá diretamente da capacidade dos estados de regulamentar e operacionalizar essas mudanças. Isso significa revisar normas locais, capacitar equipes técnicas, investir em digitalização de processos e, principalmente, adotar uma visão mais estratégica do licenciamento ambiental.

Estados que compreenderem esse momento como uma oportunidade sairão na frente. Vão atrair investimentos, reduzir conflitos e aumentar a eficiência da gestão ambiental. Os que demorem a se adaptar correm o risco de manter um ambiente de incerteza, mesmo diante de um marco nacional mais moderno.

No caso do Pará, o desafio é ainda mais relevante. Ignorar o potencial econômico da floresta e dos recursos naturais não resolve o problema, apenas perpetua a pobreza e a informalidade. Por outro lado, explorar esses recursos sem controle também não é uma opção.

O caminho está no meio: uso sustentável, tecnologia, rastreabilidade e governança.

A nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental abre uma janela importante para avançarmos nessa direção. Mas a lei, por si só, não transforma a realidade. O que fará a diferença será a forma como ela será implementada, com responsabilidade, inteligência e compromisso com resultados.

Menos ruído ideológico, mais eficiência prática. O Brasil precisa disso para avançar. ¶

Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias e Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará - SIAPA

Presidente: Pedro Flávio da Costa
Rua Irma Adelaide, nº 572, sala 106/107 - altos, bairro Caicara. 68.740-061 | Castanhal-PA
☎ (91) 98336-6747
✉ siapa@linknet.com.br
✉ siapa@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Bebidas em Geral do Estado do Pará - SIBEGE

Presidente: Juarez de Paula Simões. Trav. Benjamin Constant, 1571. 66.035-060 | Belém - PA
☎ (91) 3201-1500
✉ juarezsimoes@gruposimoes.com.br
✉ janetedantas17@gmail.com

Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará - SIGEPA

Presidente: Carlos Jorge da Silva Lima
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 17 - Nazaré. 66.035-190 | Belém - PA
☎ (91) 4009-4985
✉ graficapsocorro@bol.com.br
✉ sigepa@fiepa.org.br
✉ carlosjorgelima@idoud.com

Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Acurá - SIMAVA

Presidente: Oséas Nunes de Castro
Praça do Trevo, esquina com a Av. Magalhães Barata s/nº - Núcleo Arbano. 68.680-000 | Tome Açu - PA
☎ (91) 3727-1035
✉ madeireirama@s@hotmail.com

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Castanhal e Região Nordeste do Estado do Pará - SIMENE

Presidente: Roberto Kataoka Oyama Filho
Rua Irmã Adelaide, nº 572, sala 105 - altos, bairro Caicara. 68.740-061 | Castanhal - PA
☎ (91) 99264-7348 (Pedro)
✉ simenepa@gmail.com

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Pará - SIMEPA

Presidente: Luiz Soares dos Santos
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 11 - Nazaré. 66.035-190 | Belém - PA
☎ (91) 3223-7146
☎ (91) 3241-7894
✉ simepa@simepa.org.br
✉ secretaria@simepa.org.br

Sindicato das Indústrias Minerais do Estado do Pará - SIMINERAL

Presidente Executivo: Emerson Rocha
Trav. Rui Barbosa, 1536, Nazaré. 66.035-220 | Belém - PA
☎ (91) 3230-4066 / 4055
✉ secretaria@simineral.org.br
✉ coordenacao@simineral.org.br

Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará - SINCONAPA

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 6 - Nazaré. 66.035-190 | Belém - PA
☎ (91) 4009-4881
✉ fabio@riomaguari.com.br
✉ janice.anjos@riomaguari.com.br

Sindicato da Indústria de Carnes e Derivados do Estado do Pará - SINDICARNE

Presidente: Daniel Acatauassu Freire
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A, 3º andar Nazaré. 66.035-190 | Belém - PA
☎ (91) 98895-0121 (Afonso Chermont)
✉ sindcarne@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Cerâmica de São Miguel do Guamá e Regiões Ceramistas - SINDICER

Presidente: Antônio Aécio de Miranda Lima
Rod. Br. 010, Km. 1809 - Centro. 68.660-000 São Miguel do Guamá - PA
☎ (91) 99269-4843
✉ ceramicamirandaeribeiro@gmail.com
✉ ceramicacemil@gmail.com

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará - SINDIREPA

Presidente: Reginaldo Costa da Silva
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 3 - Nazaré. 66.035-190 | Belém - PA
☎ (91) 4009-4942 / (91) 99261-6199
✉ sindirepa@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará - SINDFRUTAS

Presidente: Denise Martins Acosta
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 7 - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4894
✉ sindfrutas@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará - SINDLEITE

Presidente: Antônio Marcos Lopes Junior
Folha 21, Quadra 10, lote 30, Sala 01 altos, bairro Nova Marabá. 68.505-240-290 - Marabá/PA
☎ (94) 3222-0187 / (94) 9175-9893
✉ sindleitepa@hotmail.com

Sindicato da Indústria de Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras de Belém, Ananindeua e Marituba - SINDIMAD

Presidente: Leônidas Ernesto de Souza
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A, 5º andar - Nazaré 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4878 / 3242-7342 / 3242-7161
✉ financeiro@aimec.com.br
✉ sindimad.sindicato@gmail.com

Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará - SINDMOVEIS

Presidente: Marcos Martins Souza
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, sala 9 - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4879 / (91) 982979096
✉ sindmoveis@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Olaria Cerâmica para Construção e Artefatos de Cimento Armado do Estado do Pará - SINDOLPA

Presidente: Rivanildo Samuel Hardman Junior
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3809-1500
✉ sindolpa@gmail.com

Sindicato da Indústria de Palmito do Estado do Pará - SINDPALM

Presidente: Fernando Bruno Carvalho Barbosa
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 13 - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3225-7888 / 4009-4883
✉ sindpalm@fiepa.org.br
✉ bruno@induspar.com.br

Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria dos Estados do Pará e Amapá - SINDIPAN

Presidente: Alex Souza Batista
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 16 - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4874 / (91) 98193-4218
✉ sindipan.pa@gmail.com

Sindicato das Serrarias, Carpintarias, Tanoaria, Madeireira, Compensados, Laminados, Aglomerados, Chapas, Fibras, Madeiras de Paragominas - SINDISERPA

Presidente: Antônio Carlos dos Santos Rosa Rodovia PA 125, Km 2 (Rod. Clodomiro Bicalho), Polo Moveleiro. Distrito Industrial. 68.630-749, Paragominas/PA
✉ claudiocypriano26@gmail.com

Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará - SINDITEC

Presidente: Flávio Junqueira Smith
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 2 - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4896 / 98412-8801 (Arlindo)
✉ ifibramBelém@gmail.com
✉ flavio@castanhal.com.br

Sindicato das Indústrias da Construção do Estado do Pará - SINDUSCON-PA

Presidente: Fabrício de Almeida Gonçalves
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A, 1º andar Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3241-4058 / 3241-8383 / 99194-6592 (whatsapp)
✉ secretaria@sindusconpa.org.br
✉ administrativo@sindusconpa.org.br

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Castanhal - SINDUSCON - CASTANHAL

Presidente: Valdir Alves de Oliveira Junior
Rua Irma Adelaide, nº 572, sala 104 - altos, bairro Caicara. 68.740-061 | Castanhal-PA
☎ (91) 99264-7348 (Pedro)
✉ sindusconcastanhal@gmail.com
✉ valdiroliveirajr@yahoo.com.br

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas do Estado do Pará - SINDUSROUPA

Presidente: Rita de Cassia Arêas dos Santos
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4872
✉ sindusroupa@yahoo.com.br
✉ ritabembordado@yahoo.com.br

Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará - SINOLPA

Presidente: Marcella Catarina Novaes de Araújo
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 7 - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-8008 / (91) 98339-2393
✉ mcnoaes73@gmail.com
✉ marcella.novaes@fiepa.org.br

Sindicato das Indústrias de Preparação de Óleos Vegetais e Animais e de Sabão e Velas do Estado do Pará - SINOVESPA

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588 - Bloco A - 7º andar - Sala 4. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4871
✉ sinovespa@fiepa.org.br
✉ dulor@ig.com.br

Sindicato das Indústrias de Pesca, da Aquicultura e das Empresas Armadoras e Produtoras, Proprietárias de Embarcações de Pesca do Estado do Pará - SINPESCA

Presidente: Apoliano Oliveira do Nascimento
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 1º andar - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3241-4588 / 4009-4897
✉ sinpesca@sinpesca.org.br
✉ apoliano Nascimento@gmail.com

Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, Petroquímicos, Farmacêuticos, Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará - SINQUIFARMA

Presidente: Nilson Monteiro de Azevedo
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 12 - Nazaré 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 4009-4876 / (91) 99984-7248
✉ sinquifarma@fiepa.org.br
✉ nilson@fiepa.org.br

Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada - Infraestrutura - SINICON

Presidente: Claudio Medeiros Netto Ribeiro
SCS - Setor Comercial Sul, Ed. Ceará, Qd. 1, Bl. E, nº 30, 8º andar - Sala 801 - Asa Sul 70.303-900 | Brasília-DF
☎ (21) 2210-1322
✉ sinicon@sinicon.org.br
✉ bruno.lamouner@sinicon.org.br

Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja - SINDICERV

Presidente: Mauro Vitor Homem Silva
ST SHS - Quadra 6, Bloco C, s/nº, Salas 1010 e 1011, Asa Sul 70.316-109 | Brasília/DF.
☎ (61) 3041-5542 / 98112-9452 / 99223-2353
✉ sindicerv@sindicerv.com.br

Sindicato de Produtores de Cana, Açúcar e Alcool dos Estados do Maranhão e Pará - SINDICANAALCOOL

Presidente: Milton Santos Campelo da Silva
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar, Sala 5 - Nazaré 66.035-190 | Belém-PA
☎ (98) 3246-6328 / (91) 4009-1543
✉ presidencia@sindicanaalcoool.com.br
✉ secretaria@sindicanaalcoool.com.br

Sindicato das Indústrias Madeireiras de Tailândia, Moju e Região - SINDIMATA

Presidente: Ytalo Rodrigues Oliveira Rod. PA 150, Km 127 - Bairro: Industrial Tailândia/PA
☎ (91) 99182-4276 / 99106-8900
✉ sindimata.pa@gmail.com
✉ ytalarodrigues.91@gmail.com

Sindicato da Indústria do Trigo dos Estados do Pará, Maranhão, Amazonas e Amapá - SINDITRIGO

Presidente: Ruy Cassio Toledo Zanardi
Trav. Quintino Bocaiuva, 1588, Bloco A - 7º andar - Nazaré. 66.035-190 | Belém-PA
☎ (91) 3344-3881 / 98156-9618 (Joachim Teixeira)
✉ joachim.teixeira@ocrim.com.br

CU\$TO BRASIL



CONHEÇA OS VILÕES QUE PRECISAM SER DERROTADOS

ELES ESTÃO PRESENTES NO SEU DIA A DIA E CUSTAM
R\$ 1,7 TRILHÃO POR ANO PARA O POVO BRASILEIRO



Acesse e descubra o
impacto dos vilões que
pesam no seu bolso.

Sistema
INDÚSTRIA
CNI | SESI | SENAI | IEL

○ **FUTURO DA INDÚSTRIA
ESTÁ NA AMAZÔNIA.**

FIPA

XVII Feira da Indústria do Pará

FIPA 2028

O principal encontro da indústria da Amazônia brasileira.

Mais do que um evento, a FIPA conecta empresas, lideranças, investidores e governos para gerar negócios, impulsionar crescimento e posicionar a Amazônia no centro da nova economia global.

Aqui, parcerias acontecem.
Negócios ganham escala.
E o futuro da indústria toma forma.

**O mundo se volta para a Amazônia.
E quem chega primeiro, lidera.**

- ✓ Negócios que movimentam a região
- ✓ Sustentabilidade com escala
- ✓ Inovação que transforma a indústria
- ✓ Conexões que geram oportunidades


JÁ TEM EMPRESAS SE MOVIMENTANDO

Garanta seu espaço na FIPA 2028

DESCONTO PARA CONTRATAÇÃO ANTECIPADA!



Exponha | Patrocine | Conecte-se

 **(91) 99189-9033**

**Sistema
FIEPA**
SESI | SENAI | IEL